

ÍNDICE

ABREVIATURAS.....	II
ÍNDICE DE QUADROS.....	III
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	III
I. INTRODUÇÃO.....	1
II. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO DE MÉDIO PRAZO (2010-12).....	3
II.1 PERSPECTIVAS MACROECONÓMICAS.....	3
II.1.1 <i>Contexto Internacional</i>	3
II.1.2 <i>Contexto regional no âmbito da SADC</i>	6
II.1.3 <i>Contexto Nacional</i>	8
II. 2 PREVISÃO DO ENVELOPE DE RECURSOS PARA 2010-2012.....	12
III. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO EM 2009.....	14
III.1 EXECUÇÃO DAS RECEITAS DO ESTADO.....	14
III.2 EXECUÇÃO DAS DESPESAS DO ESTADO.....	15
III.2.1 <i>Execução das Despesas nas Áreas Prioritárias do PARPA</i>	17
IV. ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2010.....	20
IV.1. LINHAS GERAIS DA POLÍTICA ORÇAMENTAL PARA 2010.....	21
IV.1.1. <i>Objectivos Gerais da Política Orçamental</i>	21
IV.1.2. <i>Objectivos Gerais da Política Tributária</i>	22
IV.1.3. <i>Objectivos e Prioridades na Afectação e Realização da Despesa Pública</i>	23
IV.2. RECEITAS DO ESTADO.....	26
IV.3. COMPONENTE EXTERNA.....	28
IV.4. PREVISÃO DAS DESPESAS DO ESTADO.....	29
IV.4.1 <i>Despesas Correntes</i>	31
IV.4.2 <i>Despesas de Investimento</i>	34
IV.4.3 <i>Despesas com Operações Financeiras</i>	38
IV.4.4 <i>Análise da Estrutura da Afectação do Orçamento por Programa</i>	39
IV.4.5 <i>Despesas Globais por Âmbito (Central, Provincial, Distrital e Autárquico)</i>	41
IV.4.6. <i>Financiamento do Orçamento do Estado</i>	42
V. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL.....	44
VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46

ABREVIATURAS

CFMP	Cenário Fiscal de Médio Prazo
CUT	Conta Única do Tesouro
FASE	Fundo Comum do Sector da Educação
FMI	Fundo Monetário Internacional
IRPS	Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
ISPC	Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes
IVA	Imposto Sobre o Valor Acrescentado
OE	Orçamento do Estado
OIIL	Orçamento de Investimento de Iniciativa Local
OPEP	Organização dos Países Exportadores do Petróleo
PAPA	Plano de Acção para a Produção de Alimentos
PARPA	Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta
PES	Plano Económico e Social
PIB	Produto Interno Bruto
pp	pontos percentuais
PQG	Programa Quinquenal do Governo
PROAGRI	Programa de Desenvolvimento Agrário
PROSAUDE	Fundo Comum do Sector da Saúde
REO	Relatório de Execução Orçamental
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SISTAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
UGBs	Unidades Gestoras Beneficiárias do Orçamento do Estado
UTRESP	Unidade Técnica da Reforma so Sector Público

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1. PREVISÕES DE CRESCIMENTO MUNDIAL PARA 2009 E 2010	4
QUADRO 2. INDICADORES MACROECONÓMICOS NA SADC (2008-2009).....	7
QUADRO 3. CRESCIMENTO REAL POR SECTOR DE ACTIVIDADE EM 2009.....	9
QUADRO 4. PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS.....	11
QUADRO 5. RESUMO DO ENVELOPE DE RECURSOS (2010-12)	13
QUADRO 6. EXECUÇÃO DAS RECEITAS DO ESTADO.....	14
QUADRO 7. EXECUÇÃO DAS DESPESAS DO ESTADO.....	16
QUADRO 8. EXECUÇÃO DAS DESPESAS NAS ÁREAS PRIORITÁRIAS DO PARPA	18
QUADRO 9. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DO ESTADO (2008-2010)	26
QUADRO 10. DESPESAS CORRENTES SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	31
QUADRO 11. DESPESAS DE INVESTIMENTO.....	34
QUADRO 12. DESPESAS COM OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO	39
QUADRO 13. PADRÃO DE AFECTAÇÃO DE RECURSOS POR OBJECTIVOS E PROGRAMAS.....	40
QUADRO 14. MAPA DEMONSTRATIVO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL.....	45

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DE ALIMENTOS E COMBUSTÍVEIS	5
GRÁFICO 2. EVOLUÇÃO DO CRESCIMENTO POR ÁREAS GEOGRÁFICAS (2005-2012)	6
GRÁFICO 3. ANDAMENTO DOS PREÇOS INTERNACIONAIS DE MATÉRIAS PRIMAS	8
GRÁFICO 4. ESTRUTURA DO FINANCIAMENTO EXTERNO PARA 2010 (EM % DOS RECURSOS TOTAIS)	28
GRÁFICO 5. COMPOSIÇÃO DA DESPESA DO ESTADO EM % DO PIB	30
GRÁFICO 6. PLANO DE ADMISSÕES DE EFECTIVOS NO SECTOR PÚBLICO PARA 2010.....	32
GRÁFICO 7. ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	33
GRÁFICO 8. ESTRUTURA DA DESPESA TOTAL POR OBJECTIVO CENTRAL DO PQG.....	40
GRÁFICO 9. ESTRUTURA DAS DESPESAS POR ÂMBITO.....	41
GRÁFICO 10. FINANCIAMENTO DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2010 (% DO PIB)	42

I. INTRODUÇÃO

O Orçamento do Estado para 2010 materializa os objectivos de política económica e social convergentes na redução da pobreza, promoção do crescimento económico e a manutenção da estabilidade macroeconómica.

Em 2010, as prioridades de afectação de recursos centrar-se-ão na provisão de serviços básicos à população, nomeadamente educação, saúde, abastecimento de água e saneamento, alargando o seu acesso e melhorando a qualidade da sua prestação; o desenvolvimento de infraestruturas económicas que sustentem o crescimento da economia, nomeadamente estradas, pontes, linhas de transmissão de energia e barragens mini-hídricas; a consolidação das reformas no domínio da gestão das finanças públicas, através do aprofundamento das reformas fiscal, do sector público, do sistema de administração financeira do Estado, da justiça e legalidade e a promoção de parcerias público-privadas.

A presente proposta do Orçamento toma em consideração a conjuntura internacional caracterizada pela melhoria da situação macroeconómica global, recuperação do crescimento económico mundial, aumento do volume de comércio internacional e o incremento dos preços dos produtos primários incluindo combustíveis. Apesar destas melhorias, os efeitos da crise económica e financeira internacional continuarão a fazer sentir-se em 2010.

A nível interno, destaca-se o prosseguimento do processo de descentralização administrativa e financeira do Estado com vista a assegurar a participação dos cidadãos no processo de desenvolvimento sócio-económico do País. Para o efeito, será dinamizado o processo de descentralização da planificação, programação e gestão orçamental; continuar-se-á a disponibilizar recursos financeiros aos Distritos para a realização de acções de desenvolvimento nas comunidades, transformando-os em unidades motoras do desenvolvimento económico e social.

No âmbito do processo de planificação e programação orçamental, prosseguirão acções tendentes a aperfeiçoar a implementação da metodologia de planificação e orçamentação por programas (iniciada como piloto no Orçamento de 2008), o processo de integração de mais UGBs no e-SISTAFE com destaque para o nível distrital.

A política orçamental para 2010 assume como pressupostos o crescimento real do PIB de 6,2%, a taxa de inflação média anual de 9,5% e a manutenção de uma política cambial consentânea com os esforços de promoção da competitividade das exportações.

II. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO DE MÉDIO PRAZO (2010-12)

II.1 Perspectivas Macroeconómicas

II.1.1 Contexto Internacional

O último trimestre de 2008 e o primeiro semestre de 2009 foram caracterizados pela pior recessão económica global do período pós-guerra. No último trimestre de 2008, o crescimento do PIB das economias avançadas sofreu uma queda sem precedentes de 7,5pp, e das economias emergentes de 4pp. Esta tendência continuou no primeiro semestre de 2009. Assim, as estimativas do crescimento em 2009 extraídas do *World Economic Outlook* apontam para uma contracção do PIB mundial estimada em 0,8% face a 2008, ano no qual cresceu em 3,0%.

As previsões para 2010 apontam para uma recuperação moderada e gradual da economia mundial, estimulada pelo grande esforço de mitigação nos países mais afectados pela crise, caracterizado por pacotes de estímulo fiscal, políticas monetárias expansionistas e uma maior intervenção pública na economia.

Dentre os canais de propagação da crise para as economias emergentes salientam-se o colapso do comércio internacional devido ao abrandamento da actividade económica nas principais economias importadoras, a redução do nível de investimento directo estrangeiro face à queda de confiança dos investidores e a reduzida disponibilidade de liquidez nos mercados internacionais de capitais.

A incerteza relativa à evolução da economia mundial alterou significativamente o padrão de expectativas dos agentes económicos. São ainda reflexos da crise a redução da oferta de crédito às empresas que, aliada à queda de confiança dos consumidores e investidores, criou condições que levaram à retracção da procura agregada nas principais economias industrializadas, provocando o abrandamento da produção e o rápido aumento do desemprego.

Por outro lado, as previsões para 2010 apontam para um cenário mais optimista e espera-se que a economia mundial inicie uma recuperação moderada e gradual, prevendo-se uma taxa de crescimento de 3,9%.

Conforme ilustra o Quadro 1, em 2009, a crise teve maior impacto sobre as grandes economias avançadas (EUA, Zona Euro e Japão) e sobre algumas das principais economias emergentes como Rússia e Brasil que tiveram um crescimento negativo. A maioria das restantes economias, sobretudo as menos desenvolvidas, sofreu igualmente uma desaceleração significativa no seu ritmo de crescimento em relação aos anos anteriores.

Quadro 1. Previsões de Crescimento Mundial para 2009 e 2010

	2008	Projeções Actuais	
		2009	2010
	Variação % Anual		
PIB Mundial	3,0	-0,8	3,9
Economias Avançadas	0,5	-3,2	2,1
EUA	0,4	-2,5	2,7
Zona Euro	0,6	-3,9	1
Japão	-1,2	-5,3	1,7
Reino Unido	0,5	-4,8	1,3
Canadá	0,4	-2,6	2,6
Outras Economias Avançadas	1,7	-1,3	3,3
Mercados Emergentes e Economias em Desenvolvimento	6,1	2,1	6
África	5,2	1,9	4,3
Sub-Sahariana	5,6	1,6	4,3
Europa Centra e do Leste	3,1	-4,3	2
Rússia	5,6	-9	3,6
China	9,6	8,7	10
Índia	7,3	5,6	7,7
Médio Oriente	5,3	2,2	4,5
Brasil	5,1	-0,4	4,7
Volume de Comércio Mundial (bens e serviços)	2,8	-12,3	5,8
Importações			
Economias Avançadas	0,5	-12,2	5,5
Mercados Emergentes e Economias em Desenvolvimento	8,9	-13,5	6,5
Exportações			
Economias Avançadas	1,8	-12,1	5,9
Mercados Emergentes e Economias em Desenvolvimento	4,4	-11,7	5,4

Fonte: *World Economic Outlook Update, Janeiro de 2010*

Em 2009, a África Sub-Sahariana cresceu apenas em 1,6% depois de ter crescido em 5,6% em 2008 e 7,0% em 2007. Em 2010 prevê-se que o crescimento venha a situar-se em 4,3%, em linha com a recuperação global prevista.

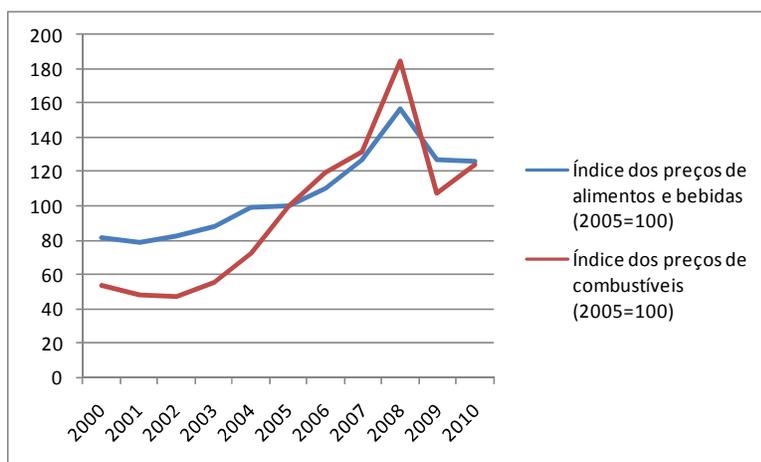
Face ao desenrolar da crise, o volume do comércio mundial contraiu em 12,3% face a 2008 com sérias consequências sobretudo para as economias mais dependentes do sector externo, com bases produtivas pouco diversificadas e concentradas em matérias-primas, cujos preços

são altamente pro-cíclicos e sujeitos a flutuações rápidas e severas. Em 2010, espera-se que o comércio internacional volte a crescer em 5,8%.

No que se refere à tendência da inflação, o abrandamento da procura mundial tem causado uma retracção das pressões inflacionárias causadas pelo aumento do custo da energia e de bens alimentares que caracterizaram o ano 2008. Assim, dados recentes apontam para uma desaceleração da inflação em 2009 em relação a 2008 de 3,4% para 0,1% para as economias avançadas e de 9,2% para 5,2% para as economias emergentes e em desenvolvimento.

O cenário acima descrito implica que os países importadores líquidos de bens alimentares e de energia têm beneficiado da interrupção da espiral de subida dos preços destes produtos, que em 2008 subiram para níveis recorde e que no primeiro semestre de 2009 mostraram um declínio substancial. Porém, é difícil prever o andamento destes preços que especialmente nos últimos anos têm sido caracterizados por grande volatilidade.

Gráfico 1. Evolução dos Preços de Alimentos e Combustíveis



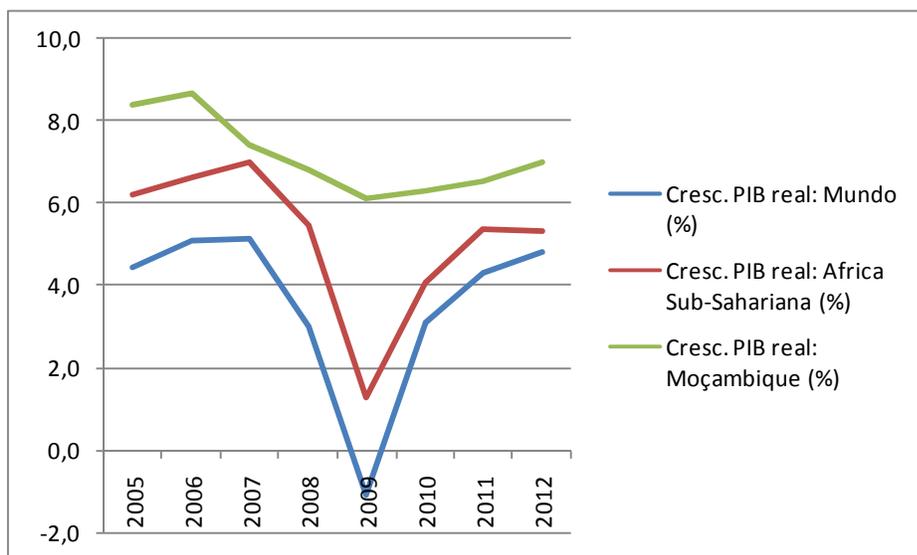
Fonte: FMI

Por exemplo, em 2008 o preço médio do barril de petróleo foi de 97USD, tendo aumentado em 36,4% em comparação com 2007. Com o desenrolar da crise, o preço do barril baixou para 62 USD em 2009, mas face às perspectivas de recuperação em 2010 e às políticas de restrição de oferta praticadas pela OPEP, as projecções para 2010 indicam que o nível do preço médio do barril será de 76 USD, e de 82 USD em 2011.

II.1.2 Contexto regional no âmbito da SADC

As economias emergentes e em desenvolvimento são as que mais sofreram o impacto da crise financeira internacional, por serem as mais vulneráveis a choques exógenos. Assim, em quase todas as economias da SADC, sobretudo nas mais dependentes do resto do mundo, a crise internacional traduziu-se na desaceleração significativa dos altos ritmos de crescimento registados nos últimos 5 anos, que foram estimulados pelo aumento na procura e dos preços de matérias-primas. O Fundo Monetário Internacional estima que, a queda em 1pp no crescimento global tem resultado em média numa redução de 0,5pp no PIB dos países da África Sub-Sahariana, conforme depreende-se do Gráfico 2, que ilustra a forte dependência do crescimento africano em relação às tendências do PIB mundial.

Gráfico 2. Evolução do Crescimento por Áreas Geográficas (2005-2012)



Fonte: FMI, Quadro Macro Económico

Conforme se depreende do Quadro 2, que detalha a evolução dos principais indicadores macroeconómicos nos países da SADC, a recessão será mais profunda nos países exportadores de petróleo (Angola) e nas economias emergentes como a África do Sul e Botswana. A economia Sul-Africana, principal parceiro comercial de Moçambique, é uma das mais atingidas pela crise e passará a crescer de 5,1% em 2007 e 3,1% em 2008, para -2,2% e 1,7% em 2009 e 2010 respectivamente, em consequência da redução drástica da procura

internacional pelas suas exportações principais, e da contracção do consumo e investimento privado.

Quadro 2. Indicadores Macroeconómicos na SADC (2008-2009)

	<i>em % do PIB</i>										
	Cresc. Real do PIB (%)			Invest. Total		Saldo Global AP*		BTC**		TT (2000=100)***	
	2008	2009	2010	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Angola	13,2	0,2	9,3	15,8	17,4	8,8	-4,8	7,5	-3,4	201,8	118,8
Botswana	2,9	-10,3	4,1	41,3	42,8	-3,5	-10,6	7	-7,6	99,8	83,8
RDC	6,2	2,7	5,4	21,9	22,7	-4,7	-11,4	-15,3	-14,6	187,2	163,4
Lesotho	3,5	-1	3,1	29,1	32,4	5,2	-1,5	-4	-15,1	152,1	164,3
Madagascar	7,1	-0,4	0,9	33,4	27,2	-7,1	-6,8	-24,2	-18,7	95,9	101,4
Malawi	9,7	5,9	4,6	24	18,8	-16	-12,3	-7,8	-4,1	77,1	80,4
Maurícias	6,6	2,1	2	29,8	22,7	-4,7	-5	-8,7	-9,3	85,2	91,4
Moçambique	6,8	4,3	5,2	18,5	21,5	-11,9	-17	-11,8	-12,1	119,8	100,4
Namíbia	2,9	-0,7	1,7	23,2	21,8	-0,9	-3,8	1,8	-1	102,6	99,2
Seychelles	-1,9	-8,7	4	36,1	31,9	-1,1	-6,8	-50,2	-24,2	157,4	172,7
África do Sul	3,1	-2,2	1,7	22,1	20,2	-0,7	-4,9	-7,4	-5	118,1	118,3
Swazilândia	2,4	0,4	2,6	16,5	16,9	4,1	-2,7	-5,4	-6,6	154,2	140,2
Tanzania	7,4	5	5,6	29,8	28,4	-10,1	-12,3	-9,7	-9,9	51,2	51,6
Zâmbia	5,8	4,5	5	23,6	23	-5,2	-6,4	-7,2	-3,9	212,3	169,5
Zimbabwe	-14,1	3,7	6	-4	-3,8	-29,5	-21,4
SADC	5,1	-0,9	3,4	22,3	21,1	-0,2	-5,9	-4,9	-5,7	125,3	115,8
África Sub-Sahariana	5,5	1,1	4,1	22,2	22,4	0,3	-6,4	1	-3,1	130,6	118,7

Fonte: IMF (2009). *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa, de Outubro 2009.*

* Exclui os donativos

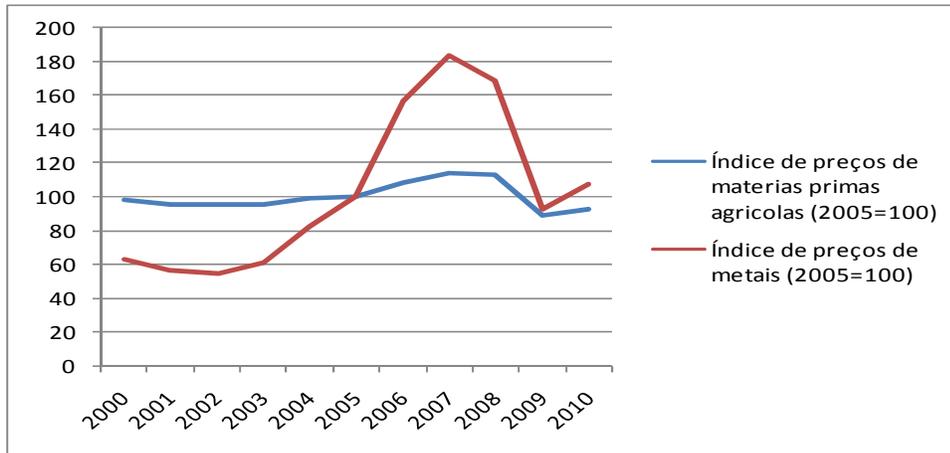
** BTC: Balança de Transacções Correntes incluindo donativos

*** TT: Termos de Troca

A partir de 2010, as perspectivas macroeconómicas deverão melhorar significativamente, apesar das taxas de crescimento serem geralmente mais baixas em relação ao período pré-crise. Assim, para 2010 prevê-se um crescimento da SADC de 3,4% que fica muito abaixo do 7,2% alcançado em 2007, apesar de representar um melhoramento em 4,3pp face a 2009.

A principal causa do abrandamento tem sido a diminuição do volume e valor das exportações dos países da SADC face à redução na procura externa. Esta tendência é evidenciada pelo Gráfico 3 que apresenta a evolução dos índices agregados dos preços dos produtos primários e semi-processados, que corporizam a maioria das exportações africanas e sofreram uma queda drástica em 2009, contribuindo para a deterioração da balança de transacções correntes da SADC.

Gráfico 3. Andamento dos Preços Internacionais de Matérias Primas



Fonte: FMI

II.1.3 Contexto Nacional

A economia moçambicana registou nos últimos cinco anos um crescimento real médio de cerca de 7%. Este desempenho económico resultou do clima de estabilidade macroeconómica, o incremento na oferta de bens e serviços públicos e dos níveis de investimento nas infra-estruturas socioeconómicas, factores de vital importância para o desenvolvimento do sector privado. Para além dos esforços no âmbito da gestão económica doméstica, muito contribuiu para os níveis de desempenho registados nos últimos anos, o alto nível de investimento financiado por influxos de donativos e capitais externos privados, sobretudo no sector dos recursos naturais, que têm contribuído para o bom desempenho das exportações.

Em 2008, o crescimento real do PIB registado foi de 6,7%, enquanto a taxa de inflação foi de 10,3% devido ao impacto da subida dos preços de combustível e bens alimentares sobre os custos de produção. Em 2009, registou-se uma desaceleração do crescimento económico para 6,1%, causado pela recessão económica mundial, que provocou a redução nos níveis de investimento, no fluxo de turistas e no valor das exportações.

O desempenho da actividade económica nos primeiros três trimestres de 2009, deveu-se principalmente aos sectores da agricultura, construção, serviços financeiros, indústria de extracção mineira, electricidade e água, que cresceram em média em 11,7%, 11,2%, 12,6%, 6,8% e 9,8% respectivamente. Por outro lado, os sectores que tiveram um desempenho negativo foram transportes e comunicações (-4,5%) e restaurantes e hotéis (-2,6%) por serem sectores relacionados ao ramo turístico. Dados preliminares sobre a contribuição de cada sector no crescimento do PIB em 2009 são apresentados no quadro 3.

Quadro 3. Crescimento Real por Sector de Actividade em 2009

Sector	Trimestre			Média
	1	2	3	
Agricultura	13,8	11,6	9,6	11,7
Pescas	4,2	2,0	2,1	2,8
Ind. Extraç. Mineira	7,4	7,7	5,3	6,8
Industria Transformadora	-2,9	8,8	-5,2	0,2
Electricidade e Água	17,4	9,2	2,8	9,8
Construção	17,3	8,4	8,0	11,2
Comércio e Serv. Reparação	4,0	3,4	3,4	3,6
Hoteis e Restaurantes	-8,8	-7,7	8,6	-2,6
Transportes e Comunicações	-4,6	-13,2	4,3	-4,5
Serviços Financeiros	7,5	12,2	18,0	12,6
Alug. Imo. Serv. Prest. Emp.	0,5	0,2	0,1	0,2
Administração Pública	21,6	14,7	13,2	16,5
Educação	0,7	0,3	0,1	0,4
Saúde e Acção Social	5,4	5,7	6,0	5,7
Outros Serviços	1,1	0,5	0,2	0,6
Valor Acrescentado	6,1	5,6	4,9	5,5
SIFIM	11,1	14,0	18,7	14,6
Impostos sobre Produtos	6,0	15,0	29,3	16,8
PIB a preços de mercado	5,9	6,1	6,5	6,1

Apesar da fraca exposição do sector bancário nacional às turbulências nos mercados financeiros internacionais, o crescimento do PIB em 2009 foi influenciado pelo impacto da crise sobre o comércio interno e externo e fluxos de investimento privado estrangeiro, do qual dependem sectores com peso significativo na composição do PIB. Isto é, sectores como a indústria mineira e transformadora, construção, agricultura de rendimento, e os relacionados ao turismo, têm um elevado grau de vulnerabilidade às tendências do ciclo de negócios global e são por isso fortemente expostos ao risco de choques externos.

Assim, previa-se para 2009 uma redução global nos rendimentos das exportações de cerca de 30% em relação a 2008, devido principalmente à queda do preço do alumínio, produto responsável por mais da metade do valor das exportações e de cerca de 70% da produção industrial. No primeiro semestre de 2009, o preço internacional do alumínio baixou em cerca de 45% em relação ao preço médio registado em 2007 e 2008, apesar de uma recuperação gradual no segundo semestre. Esta tendência, em conjugação com a redução do preço internacional de gás e produtos agrícolas, cujo valor em termos de exportações também baixará cerca de 50% face à 2008, representa o principal canal de transmissão da crise sobre a economia nacional.

Um outro importante eixo de transmissão da crise financeira internacional sobre a economia moçambicana, é o aumento da incerteza relativa às perspectivas de fluxos de capitais estrangeiros para investimentos, enquanto o financiamento de mega-projectos cujo processo de implantação está menos avançado poderá ser adiado ou atrasado. Isto deve-se à redução na disponibilidade de crédito nos mercados internacionais de capitais e à aversão ao risco dos investidores provocada pela queda de confiança sobre a futura perspectiva de negócios e pela forte volatilidade dos preços das matérias-primas registada recentemente.

Um outro impacto indirecto da crise, que poderá ter sérias implicações sobre os níveis de investimento público no médio e longo prazos, é a possível redução dos influxos dos recursos externos oficiais em relação aos níveis actuais (que financiam a maior parte da despesa de investimento), devido à pressão sobre os orçamentos dos países doadores mais afectados pela crise.

A maior volatilidade das taxas de câmbio registada no último semestre como consequência da crise, poderá também ter um impacto potencialmente adverso sobre o valor dos recursos externos que poderá sofrer flutuações imprevistas dificultando a programação orçamental, em particular em rubricas de despesa, tais como as transferências ao exterior para o cumprimento de quotizações em organismos internacionais de que o país é membro, transferências às embaixadas e o serviço da dívida externa.

II.1.3.1 Pressupostos Macroeconómicos

Apesar do alto grau de incerteza sobre o rumo da economia moçambicana despoletada pela crise financeira internacional, a programação orçamental para 2010 baseia-se num cenário macroeconómico mais prudente em relação às projecções do CFMP 2010-12.

A programação do OE 2010 assume um crescimento real do PIB de 6,2%, contra 6,3% previsto no CFMP 2010-12. Não obstante a envolvente macroeconómica desfavorável, que caracterizou o ano transacto, as perspectivas de crescimento económico para os próximos anos são reforçadas pela previsão do fim da recessão e início da recuperação da economia mundial em 2010.

Quadro 4. Pressupostos Macroeconómicos

	2008	2009	2010	2011	2012
PIB nominal (milhões de USD)	9,919	9,477	10,305	11,021	11,608
PIB nominal (milhões de Mts)	239,775	262,033	305,736	339,863	374,563
Taxa de crescimento real (%)	6.7	6.1	6.2	6.5	7.0
Inflação Média Anual (%)	10.3	3.4	9.5	5.0	5.3

Os níveis de crescimento previstos para o triénio 2010 serão sustentados pelo arranque do mega-projecto de carvão de Moatize (estimado em USD 1,3 biliões), pelo aumento previsto nas exportações de gás de Pande e Temane; pelas medidas de mitigação da crise financeira internacional implementadas pelo Governo; e sobretudo pelos esforços de revitalização no sector da agricultura, tendo em conta que é o sector com maior peso na composição do PIB moçambicano. Estes esforços colocam-se no âmbito do prosseguimento da implementação do PAPA e contribuirão para uma maior produção agrícola e para incrementar os ganhos de produtividade.

Outros projectos com grande potencial de geração de rendimentos e criação de emprego, que irão dinamizar o crescimento económico a partir de 2010 incluem entre outros:

- No sector do Turismo: Projectos Âncora e Arco Norte (avaliados em USD 90 milhões e USD 252 milhões, respectivamente);
- Implantação da Zona Económica Especial de Nacala (avaliado em USD 1,5 biliões)
- Prosseguimento do Programa de Electrificação Rural;

- Início da construção da barragem de Mpanda Nkuwa (USD 1,8 biliões) e a expansão da Hidroelétrica de Cahora Bassa (USD 413 milhões).

A organização do Campeonato Mundial de Futebol na vizinha África do Sul, principal parceiro económico de Moçambique, terá também implicações positivas para a economia nacional, estimulando uma maior procura de exportações, e incrementando o influxo de turistas estrangeiros.

Adicionalmente, a cooperação e integração económica regional que traduzir-se-á, no próximo ano, no prosseguimento da remoção das barreiras tarifárias e não tarifárias e harmonização de políticas comerciais ao abrigo da implementação da Zona de Comércio Livre da SADC, poderá criar oportunidades de aumento da produção e produtividade da economia nacional, através da redução dos custos de produção e potenciamento dos segmentos produtivos em que Moçambique dispõe de vantagens comparativas. Para além disso, a assinatura do Acordo de Parceria Económica Interino com a União Europeia vai fortalecer e melhorar o acesso ao mercado europeu, incentivando as exportações nacionais.

No que se refere à inflação, para 2010 prevê-se uma taxa média de 9,5% face à taxa de 3,4% registada em 2009. Este aumento deve-se à previsão da recuperação dos preços de alimentos e do petróleo prevista para este ano, conjugada com a remoção gradual do subsídio ao preço dos combustíveis, que conjugado com o bom desempenho da produção alimentar constituiu o factor principal na contenção da inflação em 2009.

II. 2 Previsão do Envelope de Recursos para 2010-2012

Conforme o Quadro 5, que mostra a evolução de médio prazo do envelope de recursos, o total de recursos disponíveis em percentagem do PIB para o período de 2010-2012 passa de 38,6% para 31,5%, significando uma redução em 7,1pp.

Quadro 5. Resumo do Envelope de Recursos (2010-12)

<i>(milhões de Mt)</i>	2008	2009	2010	2011	2012
	REO				
	CGE	preliminar	Proposta	CFMP	CFMP
Total de Recursos	69,695.0	78,474.5	117,977.2	106,891.5	118,968.6
Recursos Internos	38,767.0	45,187.2	65,960.6	55,232.0	61,306.6
Receitas do Estado	39,190.1	47,401.5	57,431.8	56,826.4	64,230.0
Receitas Correntes	37,449.8	46,543.2	56,159.8	55,226.4	62,245.0
Receitas Fiscais	32,415.5	39,199.0	47,310.8	47,522.1	53,596.8
Impostos sobre rendimentos	11,722.9	13,723.6	17,498.8	18,872.1	21,426.8
Imposto especial sobre o Jogo	44.0	47.4	59.1	56.9	55.7
Receitas sobre Bens e Serviços	19,231.8	23,690.0	27,562.1	26,885.5	30,281.3
Outros Impostos Fiscais	1,460.8	1,785.3	2,250.0	1,764.4	1,888.7
Receitas Não Fiscais (incl. receitas próprias)	2,401.0	3,699.6	4,590.3	4,614.5	5,252.4
Receitas Consignadas	2,633.3	3,644.6	4,258.6	3,089.9	3,395.9
Receitas de Capital	1,740.3	858.3	939.1	1600	1985
Privatização (incl.CVRD)	841.03	-164.4	333.0	0.0	0.0
Crédito Interno	-1,264.1	-2,049.9	8,528.8	-1,594.5	-2,923.4
Recursos Externos	30,928.0	33,287.3	52,016.6	51,659.5	57,662.0
Donativos	23,010.4	23,280.6	33,776.0	37,488.2	40,357.8
Créditos	7,917.6	10,006.7	18,240.7	14,171.3	17,304.2
	% PIB				
Total de Recursos	29.1%	29.9%	38.6%	31.7%	31.5%
Recursos Internos	16.2%	17.2%	21.6%	16.4%	16.2%
Receitas do Estado	16.4%	18.1%	18.8%	16.9%	17.0%
Receitas Correntes	15.7%	17.8%	18.4%	16.4%	16.5%
Receitas Fiscais	13.5%	15.0%	15.5%	14.1%	14.2%
Impostos sobre rendimentos	4.9%	5.2%	5.7%	5.6%	5.7%
Imposto especial sobre o Jogo	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
Receitas sobre Bens e Serviços	8.0%	9.0%	9.0%	8.0%	8.0%
Outros Impostos Fiscais	0.6%	0.7%	0.7%	0.5%	0.5%
Receitas Não Fiscais (incl. receitas próprias)	1.0%	1.4%	1.5%	1.4%	1.4%
Receitas Consignadas	1.1%	1.4%	1.4%	0.9%	0.9%
Receitas de Capital	0.7%	0.3%	0.3%	0.5%	0.5%
Privatização (incl.CVRD)	0.4%	-0.1%	0.1%	0.0%	0.0%
Crédito Interno	-0.5%	-0.8%	2.8%	-0.5%	-0.8%
Recursos Externos	12.9%	12.7%	17.0%	15.3%	15.3%
Donativos	9.6%	8.9%	11.0%	11.1%	10.7%
Créditos	3.3%	3.8%	6.0%	4.2%	4.6%

Os recursos internos decrescerão em média 2,7pp do PIB por ano, no período 2010-2012, influenciados essencialmente pela redução das receitas do Estado em 0,9pp do PIB, entre 2010 e 2012. Ao mesmo tempo, os recursos externos em percentagem do PIB decrescerão em média em 0,9pp do PIB por ano, em igual período, como resultado da crise financeira internacional que, perspectiva-se, terá um impacto negativo no influxo da ajuda externa para o Orçamento do Estado no médio prazo.

É de referir que as projecções do CFMP 2010-12 foram feitas numa altura em que as expectativas sobre o impacto da crise internacional eram muito mais pessimistas, o que justifica

a tendência decrescente da disponibilidade de recursos em percentagem do PIB para o período em análise.

III. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO EM 2009

A presente secção apresenta o resultado preliminar da actividade financeira do Estado em 2009, nomeadamente a arrecadação de receitas e a realização de despesas, repartidas em funcionamento, investimento, operações financeiras e no final é apresentada uma análise específica relativa às despesas nas áreas prioritárias do PARPA.

III.1 Execução das Receitas do Estado

O quadro 6 mostra o resumo da execução preliminar anual das receitas do Estado em 2009, tendo estas atingido 47.401,5 milhões de MT, o que corresponde a uma realização de 102,6% em relação ao programado. Este nível de arrecadação supera a colecta registada em igual período do ano passado em 1,6pp, tendo sido influenciado essencialmente pelo bom desempenho das receitas correntes.

Quadro 6. Execução das Receitas do Estado

(em milhões de Mt)	2008			2009		
	LEI	CGE	%	LEI	REO Preliminar	%
Receita do Estado	38,816.0	39,190.1	101.0%	46,216.3	47,401.5	102.6%
Receitas Correntes	37,116.6	37,449.8	100.9%	43,989.2	46,543.2	105.8%
Receitas Fiscais	30,800.6	32,415.5	105.2%	37,197.8	39,199.0	105.4%
Impostos sobre rendimentos	10,003.8	8,722.7	87.2%	12,385.1	13,723.6	110.8%
Imposto especial sobre o jogo	69.3	44.0	63.5%	50.0	47.4	94.7%
Imposto sobre Rendimento de Pessoas Colectivas	4,622.1	2,721.5	58.9%	6,153.9	7,335.7	119.2%
Imposto sobre Rendimento de Pessoas Singulares	5,312.4	5,957.2	112.1%	6,181.2	6,340.5	102.6%
Impostos sobre Bens e Serviços	18,860.5	19,231.8	102.0%	22,740.3	23,690.0	104.2%
dos quais: Imposto sobre Valor Acrescentado	13,168.1	12,969.6	98.5%	15,816.0	16,875.0	106.7%
nas importações	7,702.1	1,000.9	13.0%	9,201.1	9,805.3	106.6%
nas operações internas	5,466.0	1,633.4	29.9%	6,614.9	7,069.7	106.9%
Outros Impostos Fiscais	1,936.3	1,460.8	75.4%	2,072.4	1,785.3	86.1%
Receitas Não Fiscais (incl. receitas próprias)	2,717.6	2,401.0	88.4%	2,613.8	3,699.6	141.5%
Receitas Consignadas	3,598.5	2,633.3	73.2%	4,177.5	3,644.6	87.2%
Receitas de Capital	1,699.3	1,740.3	102.4%	2,227.2	858.3	38.5%

As receitas correntes atingiram o montante de 46.543,2 milhões de MT, isto é, mais 4,9pp em relação ao igual período de 2008, como corolário do esforço das autoridades fiscais no processo de arrecadação das receitas, caracterizado por uma melhoria nos trabalhos de sensibilização, educação fiscal, divulgação da legislação fiscal e aumento do número de

contribuintes no sistema fiscal, através da introdução do Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes (ISPC).

As receitas fiscais ultrapassaram a meta em 105,4%, onde o destaque vai para o imposto sobre rendimento e os impostos sobre bens e serviços com uma execução de 110,8% e 104,2%, respectivamente.

As receitas não fiscais e próprias também tiveram um desempenho excepcional, com uma execução de 141,5%, em consequência do trabalho de sensibilização que a Administração Fiscal tem realizado junto às instituições do Estado ao nível central e provincial, no que concerne à canalização das receitas próprias à sua área de jurisdição.

A colecta das receitas de capital situou-se em 858,3 milhões de MT, representando menos 63,9pp face a 2008 influenciado, essencialmente, pela redução das entregas de dividendos pelas empresas participadas do Estado, em consequência da crise económica internacional.

III.2 Execução das Despesas do Estado

O quadro 7 mostra o resumo da execução preliminar das despesas do Estado, no ano de 2009, tendo estas atingindo 78.474,4 milhões de MT, o que representa 80% do programado. Este nível de realização abaixo do programa reflecte os baixos níveis de execução das despesas de investimento e operações financeiras.

Quadro 7. Execução das Despesas do Estado

<i>(em milhões de Mt)</i>	2008			2009		
	LEI	CGE	%	REO		
				LEI	preliminar	%
Despesas de Funcionamento	38,080.8	37,276.4	97.9%	43,995.1	43,709.7	99.4%
Despesas Correntes	37,695.3	37,032.0	98.2%	43,549.7	43,480.8	99.8%
Despesas com o Pessoal	18,815.3	19,083.8	101.4%	22,528.6	22,528.6	100.0%
Bens e Serviços	8,131.1	8,048.6	99.0%	9,087.7	9,046.1	99.5%
Encargos da Dívida	1,651.0	1,258.8	76.2%	1,391.9	1,370.7	98.5%
Trasferências Correntes	6,920.1	7,003.1	101.2%	7,936.4	7,931.0	99.9%
Subsídio às Empresas	422.7	394.5	93.3%	438.4	437.5	99.8%
Outras Despesas Correntes	1,743.0	1,236.0	70.9%	2,166.4	2,166.8	100.0%
Exercícios Findos	12.2	7.3	59.7%	0.3	0.1	34.8%
Despesas de Capital	385.5	244.5	63.4%	445.3	228.9	51.4%
Despesas de Investimento	43,901.5	28,335.6	64.5%	47,452.6	30,202.5	63.6%
Componente Interna	11,603.2	11,295.7	97.3%	13,446.6	13,293.4	98.9%
Componente Externa	32,298.3	17,039.9	52.8%	34,006.0	16,909.1	49.7%
Donativos	24,721.8	13,402.1	54.2%	26,682.6	13,551.8	50.8%
Créditos	7,576.5	3,637.8	48.0%	7,323.4	3,357.3	45.8%
Operações financeiras	7,020.5	4,082.9	58.2%	6,694.6	4,562.2	68.1%
Activas	5,108.8	2,384.1	46.7%	5,033.3	3,386.0	67.3%
Passivas	1,911.7	1,698.9	88.9%	1,661.3	1,176.2	70.8%
Despesa Total	89,002.8	69,695.0	78%	98,142.3	78,474.4	80.0%

Dados preliminares indicam que as despesas de funcionamento atingiram 43.709,7 milhões de MT, investimento 30.202,5 milhões de MT e as operações financeiras 4.562,2 milhões de MT, representando uma taxa de execução de 99,4%, 63,6% e 68,1%, respectivamente.

A taxa de execução das despesas com o pessoal situou-se em 100%, contra 101,4% de igual período do ano anterior. A rubrica de bens e serviços e encargos da dívida registaram taxas execução de 98,5% e 99,5% respectivamente, representando um incremento de 0,5pp e 22,3pp, respectivamente, em relação a 2008. Esta execução em alta dos encargos da dívida em comparação com igual período de 2008 é explicada pela emissão de bilhetes de tesouro e variações cambiais no período, que contribuíram para que os montantes pagos nos encargos da dívida interna e externa fossem altos.

A rubrica de subsídios registou um crescimento de 6,5% face a igual período do ano anterior, devido a necessidade de fazer face aos défices de exploração incorridos pelas empresas públicas face aos efeitos da crise internacional.

A realização da despesa de investimento em 2009 baixou em 0,9pp face a igual período de 2008. Apesar do maior cumprimento da execução dos projectos na componente interna face a 2008, o investimento total apresenta uma baixa execução devido a influência da componente externa que apenas executou 49,7% do programa.

A execução na componente interna do investimento foi de 13.293,4 milhões de MT, ou seja, 98,9% do programado, representando um aumento de 1,6pp face a 2008. Na componente externa a execução cifrou-se em 16.909,1 milhões de MT, representando um decréscimo em 3,1pp em relação a 2008, devido sobretudo ao baixo nível de desembolsos de donativos e créditos a projectos.

A execução das operações financeiras foi de 4.562,2 milhões de MT, representando 68,1% em relação ao programa e um aumento em 9,9pp face a 2008, devido sobretudo ao aumento dos empréstimos às empresas públicas.

III.2.1 Execução das Despesas nas Áreas Prioritárias do PARPA

O Quadro a seguir mostra a realização preliminar das despesas nos sectores prioritários do PARPA, que foi de 43.771,9 milhões de MT, representando um peso de 59,2% da despesa total e 64,4% em proporção da despesa total excluindo juros da dívida e operações financeiras.

Em relação ao programado, o quadro ilustra uma execução de cerca de 73,9% representando um sub-cumprimento de 26,1% explicado pela baixa execução dos seguintes sectores: Saúde (66,6%); HIV/SIDA (55,1%) Infra-estruturas (59,9%) e Agricultura e Desenvolvimento Rural (67,6%).

Quadro 8. Execução das Despesas nas Áreas Prioritárias do PARPA

(em milhões de Mt)	2008			2009		
	LEI	CGE	%	REO		%
				Dotação	Preliminar	
DESPESA TOTAL	89.002,6	65.612,0	73,7%	98.142,1	73.912,3	75,3%
JUROS DA DÍVIDA	1.651,0	1.259,0	76,3%	1.391,9	1.370,7	98,5%
OPERAÇÕES FINANCEIRAS	7.020,5	2.384,0	34,0%	6.694,7	4.562,2	68,1%
DESPESA TOTAL EXCL. JUROS E OPERAÇÕES FINANCEIRAS	80.331,2	61.969,0	77,1%	90.055,5	67.979,4	75,5%
TOTAL DA DESPESA NOS SECTORES PRIORITÁRIOS	52.645,5	41.494,0	78,8%	59.220,2	43.771,9	73,9%
(em percentagem da despesa total)	59,2%	63,2%		60,3%	59,2%	
(em percentagem da despesa total excluindo juros e operações financeiras)	65,5%	67,0%		65,8%	64,4%	
EDUCAÇÃO	14.826,7	15.116,0	102,0%	19.173,0	16.841,7	87,8%
ENSINO GERAL	12.588,0	13.170,0	104,6%	16.610,0	14.428,7	86,9%
ENSINO SUPERIOR	2.238,6	1.946,0	86,9%	2.563,0	2.413,0	94,1%
SAÚDE	9.568,7	6.646,0	69,5%	10.954,4	7.291,1	66,6%
HIV/SIDA	637,7	503,0	78,9%	582,9	321,0	55,1%
INFRAESTRUTURAS	15.722,8	9.462,0	60,2%	12.956,6	7.762,1	59,9%
ESTRADAS	9.195,3	5.000,0	54,4%	6.495,3	4.455,3	68,6%
ÁGUAS E OBRAS PÚBLICAS	5.152,0	3.094,0	60,1%	5.331,3	2.182,9	40,9%
RECURSOS MINERAIS E ENERGIA	1.375,4	1.368,0	99,5%	1.130,0	1.123,9	99,5%
Millennium Challenge Account - Moçambique	1.329,8	99,0	7,4%	430,2	124,9	29,0%
AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	3.146,8	2.471,0	78,5%	4.994,0	3.375,2	67,6%
GOVERNAÇÃO, SEGURANÇA E SISTEMA JUDICIAL	6.488,0	6.256,0	96,4%	8.966,6	7.025,7	78,4%
SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA	2.384,5	2.551,0	107,0%	2.827,3	2.822,8	99,8%
GOVERNAÇÃO	2.207,5	1.891,0	85,7%	1.963,1	1.601,7	81,6%
SISTEMA JUDICIAL	1.896,0	1.814,0	95,7%	4.176,3	2.601,2	62,3%
OUTROS SECTORES PRIORITÁRIOS	925,0	941,0	101,7%	1.162,4	1.030,2	88,6%
ACÇÃO SOCIAL	633,2	724,0	114,3%	873,1	783,7	89,8%
TRABALHO E EMPREGO	291,8	217,0	74,4%	289,3	246,5	85%

Contribui para este desempenho nestes sectores, o baixo nível de execução da componente externa de investimento em resultado de atrasos e não desembolsos por parte dos parceiros.

A execução no sector da Educação em 2009 foi de 87,8% em relação ao programa anual. Este nível de execução constitui resultado de uma boa gestão financeira, que concorreu para o alcance das metas físicas e melhoria da aplicação do decreto 54/2005 de 13 de Dezembro que aprova o regulamento de contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços do Estado.

O sector de Governação, Segurança e Sistema Judicial teve uma realização de 78,4% em relação à dotação actualizada. Este desempenho é justificado pelos esforços para garantir a manutenção da paz, estabilidade, tranquilidade pública, bem como para colocar os serviços de justiça mais próximos dos cidadãos.

Nos Outros Sectores Prioritários, a execução cifrou-se em 88,6% comparado ao programa, explicado pelo desempenho na área de Acção Social, como resultado dos empreendimentos em acções com vista a minorar as fragilidades dos grupos sociais vulneráveis, caso de idosos e crianças órfãs de pais vítimas de HIV/SIDA.

Principais Realizações no Quinquénio 2005-2009

- Crescimento económico real médio de 7%;
- Descentralização do OE e sua execução para os níveis Provincial e Distrital e para os Municípios;
- Implementação da Zona do Comércio Livre da SADC;
- Construção da Ponte sobre o Rio Zambeze e início da Ponte sobre o Rio Rovuma e outras pontes e estradas;
- Maior dinamismo na bancarização dos Distritos e zonas rurais;
- Continuação da implementação da reforma do Sistema de Administração Financeira do Estado e do respectivo sistema informático (e-SISTAFE), realização de censos de funcionários (2007) e dos pensionistas e rendistas do Estado (2008), e a reorganização dos respectivos cadastros;
- Recenseamento Geral da População;
- Adopção e operacionalização da Política Salarial para a Função Pública;
- Lançamento e implementação do OIIL e Fundos Distritais para Investimentos de Iniciativa Local;
- Reversão da Hidroeléctrica de Cahora Bassa e aceleração da electrificação rural bem como a expansão das telecomunicações às sedes distritais;
- Prosseguimento de reformas, políticas e estratégias para a melhoria do ambiente favorável à realização de negócios e investimentos privados;
- Início da implementação dos mega-projectos de Carvão de Moatize e Benga (província de Tete), e da produção de areias pesadas em Moma (província de Nampula)

IV. ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2010

O Orçamento do Estado para 2010 operacionaliza a política financeira e os objectivos de política económica e social do Governo e consiste na reformulação e aprimoramento das principais linhas de acção do anterior programa, que levou ao cumprimento de realizações, destacadas na caixa resumo. Este assenta em cinco principais pilares nomeadamente: Consolidação da Unidade Nacional Paz e Democracia; Combate à Pobreza e Promoção da Cultura de Trabalho; Boa Governação e Cultura de Prestação de Contas; Reforço da Soberania e Reforço da Cooperação Internacional, com vista a manter a estabilidade macroeconómica, promover o crescimento económico e reduzir a pobreza.

A programação orçamental para 2010 toma como base a afectação de recursos preconizada no CFMP 2010-2012 e traduz o prosseguimento da implementação da metodologia de planificação e orçamentação por programas, abrangendo todos os sectores a todos os níveis (central, provincial e distrital). A orçamentação por programas visa estreitar a ligação entre o processo de planificação e orçamentação com o intuito de imprimir dinâmicas no padrão de afectação de recursos orçamentais não focalizadas na alocação assente numa base essencialmente incremental, mas na ligação entre o aporte de recursos e os resultados com vista a incrementar o volume e a qualidade dos bens e serviços públicos prestados à sociedade.

O OE 2010 orienta-se igualmente para o melhoramento dos padrões de abrangência orçamental, o reforço da descentralização e desconcentração orçamental, a consolidação das reformas no domínio da implantação e aperfeiçoamento do SISTAFE e consolidação do processo de atribuição dos recursos financeiros ao Distrito com enfoque para a melhoria da sua gestão.

Para além das acções prioritárias atrás referidas, que consubstanciam a reforma na gestão das finanças públicas, no próximo quinquénio, merece referência o quadro macroeconómico no qual assenta a programação orçamental para 2010 e que impõe desafios na gestão da política macroeconómica. As projecções macroeconómicas e fiscais para 2010 foram feitas no seio de um contexto caracterizado por uma conjuntura macroeconómica internacional desfavorável ditada pela volatilidade dos preços dos combustíveis no mercado internacional, perturbações

no mercado financeiro internacional e a desaceleração do ritmo de crescimento das economias mais desenvolvidas, apesar dos governos de muitos países continuarem a adoptar pacotes de estímulos fiscais e monetários para aumentar a procura agregada e induzir a expansão do nível de actividade económica. Estes factores geram um clima de incerteza em relação ao curso da economia mundial nos próximos meses. Não obstante as previsões recentes apontarem a inversão gradual da tendência de abrandamento económico mundial, é pouco previsível o quão persistente será as perturbações do ciclo económico.

A identificação de instrumentos apropriados e a combinação optimal destes, visando estabilizar a economia e garantir a manutenção do ritmo de crescimento económico, representa um amplo desafio aos gestores da política económica. Estes desafios têm exigido do Governo a adopção de esforços adicionais no quadro da coordenação das políticas fiscal e monetária em face das pressões inflacionárias que a subida dos preços dos combustíveis e dos alimentos no mercado internacional têm acarretado. Deste modo, afigura-se crítico o aprofundamento das reformas na área tributária com vista a minorar a perda de receitas fiscais decorrentes da redução do volume do comércio externo em conjugação com perdas decorrentes do desarmamento tarifário actualmente em vigor no âmbito da integração regional.

IV.1. Linhas Gerais da Política Orçamental para 2010

IV.1.1. Objectivos Gerais da Política Orçamental

A política Orçamental para 2010 será articulada no sentido de perseguir os objectivos de política preconizados no programa de governação inerentes à estabilização macroeconómica e criação de capacidades internas para a promoção do crescimento e desenvolvimento económicos e a redução dos índices de pobreza. Neste sentido, serão priorizadas acções que corporizam programas com forte potencial de aumentar o nível de rendimento dos agregados familiares no campo, elevar as capacidades técnico-científicas da mão-de-obra em sectores de actividade dinâmicos, aumentar os níveis de produção e produtividade da agricultura familiar e de média escala e otimizar a cadeia de valor da produção de produtos agrários e industriais. Espera-se que este conjunto de acções tenha impacto significativo na redução dos índices de pobreza no país, com particular destaque para as zonas rurais, fazendo destas a alavanca para o desenvolvimento económico e social.

O OE 2010 privilegia também, a prossecução de acções no âmbito da Reforma na Gestão das Finanças Públicas. São vectores centrais da reforma o aprofundamento da metodologia de planificação e orçamentação por programas, a descentralização orçamental, o melhoramento dos padrões de abrangência orçamental e o aprofundamento das reformas no âmbito da implementação do SISTAFE.

Para a materialização destes objectivos, prosseguir-se-á com o aprofundamento da interacção entre as políticas fiscais, monetária e cambial por meio de mecanismos que garantam que o padrão de execução da despesa pública não afecte negativamente o comportamento do índice geral dos preços e da taxa de câmbio real efectiva. O governo continuará a fazer uso das reservas do Estado no sistema bancário para garantir a gestão dos fluxos de capitais, derivado de prováveis choques no mercado financeiro. Espera-se com os ganhos resultantes de uma coordenação óptima entre as políticas fiscal, monetária e cambial, fortalecer os níveis de confiança do sector privado, aumentar a competitividade dos produtos exportáveis e contribuir para incrementar o investimento doméstico e directo estrangeiro.

V.1.2. Objectivos Gerais da Política Tributária

A política tributária e aduaneira para 2010 prosseguirá a implementação e consolidação das reformas em curso, através de acções que conduzam a incrementos nos níveis de eficiência da administração fiscal e na diversificação das fontes de captação de receitas para o Estado.

Para a materialização dos objectivos referidos, serão empreendidos esforços com vista a promover cada vez mais a equidade e justiça fiscais, a realização de investimentos de expansão e a modernização da máquina fiscal e aduaneira. As principais acções a desenvolver na área tributária são as seguintes:

- A promoção da educação fiscal e aduaneira tendo em vista a popularização do imposto e o alargamento da base tributária;
- Maior assistência aos agentes económicos e demais contribuintes, no cumprimento das suas obrigações fiscais, criando e expandindo os serviços de atendimento ao contribuinte;

- Simplificação dos procedimentos nas declarações e no pagamento de impostos, de forma a reduzir a sua complexidade e torná-los mais perceptíveis para os contribuintes;
- Abertura de mais postos fiscais, móveis e fixos, e o envolvimento das autoridades administrativas locais na cobrança dos impostos, para uma maior aproximação da administração tributária aos contribuintes;
- Adopção e início da implementação gradual de sistemas electrónicos de cobrança e gestão da receita através do e-Tributação e da Janela Única Electrónica, para tornar mais simples e eficazes os processos de colecta da receita, concorrendo também para a melhoria do ambiente de negócios;
- Prosseguimento de acções para a captação do potencial de recursos tributáveis no sector informal, através do aperfeiçoamento da cobrança do ISPC, introduzido em 2009;
- Formação de técnicos na área mineira e de petróleos de modo a permitir maior eficiência da administração dos impostos sobre a superfície e produção resultantes das actividades de prospecção e pesquisa e produção de recursos minerais;
- Implementação da iniciativa de transparência na extracção de recursos naturais;
- Consolidação da Unidade de Controlo de mega projectos;
- Capacitação do pessoal com vista a fortificar a auditoria interna.

IV.1.3. Objectivos e Prioridades na Afectação e Realização da Despesa Pública

A programação da despesa pública para 2010 será orientada visando assegurar a sustentabilidade orçamental a médio e longo prazos e a gradual redução do financiamento externo para o OE. A política orçamental para 2010 está também articulada com os objectivos de política macroeconómica previstos no CFMP 2010-2012.

Um elemento marcante no processo da programação orçamental para 2010 continua a ser a necessidade de estreitar as conexões entre despesa e os resultados, visando por um lado, maximizar os ganhos associados a cada vez maior racionalidade e rigor na realização da despesa pública e, por outro, promover a eficiência e transparência no uso dos recursos públicos. Estes ganhos serão em larga medida impulsionados pelo aprofundamento e extensão da metodologia de planificação e orçamentação por programas a todas instituições do Estado a níveis central e provincial, o prosseguimento da descentralização e desconcentração na

afecção de recursos públicos, criando condições para a aceleração do desenvolvimento socioeconómico nos distritos e para garantir a convergência económica regional.

Com efeito, para 2010, mais recursos de investimento público serão descentralizados para os distritos e mais projectos de investimento serão desconcentrados para os níveis provincial e distrital, tomando o princípio de priorização assente na orçamentação por programa.

Os principais eixos que marcarão a realização da despesa pública em 2010 e cujo impacto reveste-se de importância particular na vida política, económica e social do país e com níveis de absorção de recursos que merecem destaque são os seguintes:

- No âmbito da reforma do sector público, prosseguimento da operacionalização da Política Salarial no montante de 2.274,7 milhões de MT, cujo objectivo é aumentar os padrões de eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos;
- Manutenção do subsídio aos preços dos combustíveis no mercado interno, orçado em 1.179,8 milhões de MT. Esta medida destina-se a compensar as gasoleiras pelas perdas incorridas face a manutenção dos actuais preços dos combustíveis e conter o agravamento dos preços dos produtos de primeira necessidade e de outros bens e serviços básicos;
- Pagamento das dívidas relativas ao reembolso do IVA e direitos aduaneiros no montante de 1.251,4 milhões de MT e 800 milhões de MT respectivamente;
- O início da implementação da reforma do sistema de Previdência Social do Estado com vista a torná-lo competitivo, eficiente e sustentável;
- Implantação das Assembleias Provinciais e Delegações Provinciais do Secretariado Geral da Assembleia da República no âmbito do reforço do sistema democrático no país no montante de 419,8 milhões de MT;
- O prosseguimento da implementação do PAPA no valor de 1.229,0 milhões de MT.

Por outro lado, estão previstas outras actividades com significativo impacto no desenvolvimento socioeconómico para 2010, onde se destacam:

- Prosseguimento da implementação da estratégia da Revolução Verde;
- O prosseguimento da promoção de projectos de geração de rendimento, emprego, auto emprego e produção de alimentos a nível local, com vista a promover o

desenvolvimento rural, com enfoque no melhoramento da gestão do Fundo de Investimento de Iniciativa Local;

- Prosseguimento da implementação do Programa de Electrificação Rural e projectos visando estender a rede das telecomunicações às sedes distritais;
- No âmbito do desenvolvimento de infra-estruturas, prosseguir com a construção e reabilitação de furos para abastecimento de água às zonas rurais, reabilitação e construção de escolas secundárias e técnicas;
- Prosseguimento de acções que permitam o aumento do acesso e eficácia do sistema de justiça;
- Prosseguimento de acções para o combate à corrupção e ao burocratismo e para a consolidação do processo de descentralização;
- Acções de preparação do movimento de recepção dos Jogos Africanos de 2011;
- O desenvolvimento e optimização dos sistemas de informação relativos à programação, gestão e execução orçamental;
- Início do desenvolvimento de novas funcionalidades do e-SISTAFE com vista a otimizar a gestão financeira do Estado, sendo de destacar o Módulo de Recolha e Gestão das Receitas (*e-Tributação*), o Módulo de Gestão de Salários e Pensões (*e-Folha*) e o Módulo de Gestão do Património (*e-Património*);
- Realização da prova de vida de funcionários e agentes do Estado na base de dados do recenseamento dos funcionários realizado em 2007, no ambiente e-SISTAFE.
- Prosseguimento de acções de planeamento e ordenamento do território e de avaliação estratégica da costa.

Outras acções serão desenvolvidas no domínio do reforço da programação, gestão e execução orçamental que concorrerão significativamente para aumentar a racionalidade na utilização do herário público, nomeadamente:

- A implementação plena e consolidação da CUT em Moeda Externa, visando aumentar a abrangência orçamental na componente da ajuda externa;
- A conclusão do desenvolvimento de metas físicas e indicadores de produtos/resultados no âmbito do aperfeiçoamento da metodologia de planificação e orçamentação por programas;

- O prosseguimento da descentralização horizontal e vertical de salários e pensões, bens e serviços e de investimentos bem como da desconcentração do investimento financiado pela componente de ajuda externa;
- A profissionalização dos utilizadores do e-SISTAFE com vista a garantir a aplicação correcta dos procedimentos sobre a execução orçamental;
- A melhoria do processo de planificação sectorial alinhado com o processo da orçamentação por programas.
- A massificação do pagamento directo e atempado via e-SISTAFE aos fornecedores de bens e serviços e os outros beneficiários, incluindo o pagamento de salários e remunerações e das pensões e rendas;

IV.2. Receitas do Estado

Para o exercício económico de 2010, apesar dos efeitos da crise económica e financeira internacional, prevê-se que as receitas do Estado atinjam o montante de cerca 57.431,8 milhões de MT, equivalentes a 18,8% do PIB, contra os 18,1% da execução anual preliminar 2009, notando-se um aumento em 0,7pp do PIB.

Quadro 9. Evolução das Receitas do Estado (2008-2010)

(milhões de Mt)				% PIB		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
	CGE	REO preliminar	Proposta	CGE	REO preliminar	Proposta
Receitas do Estado	39,190.1	47,401.5	57,431.8	16.4%	18.1%	18.8%
Receitas Correntes	37,449.8	46,543.2	56,159.8	15.7%	17.8%	18.4%
Receitas Fiscais	32,415.5	39,199.0	47,310.8	13.5%	15.0%	15.5%
Impostos sobre rendimentos	11,722.9	13,723.6	17,498.8	4.9%	5.2%	5.7%
Imposto especial sobre o Jogo	44.0	47.4	59.1	0.0%	0.0%	0.0%
Receitas sobre Bens e Serviços	19,231.8	23,690.0	27,562.1	8.0%	9.0%	9.0%
Imposto s/ Valor Acrescentado (IVA)	12,969.6	16,875.0	19,409.6	5.4%	6.4%	6.3%
Imposto s/ Consumo Específico - Prod.s Nacionais	1,633.4	1,772.0	2,307.9	0.7%	0.7%	0.8%
Imposto s/ Consumo Específico - Prod.s Importados	1,000.9	965.4	1,480.1	0.4%	0.4%	0.5%
Imposto s/ Comércio Externo	3,627.9	4,077.6	4,364.5	1.5%	1.6%	1.4%
Outros Impostos Fiscais	1,460.8	1,785.3	2,250.0	0.6%	0.7%	0.7%
Receitas Não Fiscais (incl. receitas próprias)	2,400.97	3,699.6	4,590.3	1.0%	1.4%	1.5%
Receitas Consignadas	2,633.3	3,644.6	4,258.6	1.1%	1.4%	1.4%
Receitas de Capital	1,740.3	858.3	939.1	0.7%	0.3%	0.3%
Privatização (incl.CVRD)	841.0	-164.4	333.0	0.4%	-0.1%	0.1%

A previsão de arrecadação de receitas do Estado para 2010 toma em conta a actualização das projecções de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), tendo em conta os dados constantes do Balanço do PES 2009, e o grau de realização das receitas do Estado em 2009.

Assim, destacam-se as seguintes receitas com maior contributo no crescimento global da receita do Estado:

- Nas receitas fiscais, prevê-se um aumento em 0,5pp do PIB face a colecta de 2009, pelo grande contributo esperado sobretudo nos impostos sobre rendimentos e outros impostos, como resultado do esforço na área tributária e aduaneira na implementação das reformas fiscais, através de acções que conduzem a incrementos nos níveis de eficiência da administração fiscal e na diversificação das fontes de captação de receitas, sendo de destacar as seguintes:
 - Início do desenvolvimento de novas funcionalidade do SISTAFE com vista a otimizar a gestão financeira do Estado, sendo de destacar o Modulo de recolha e gestão das receitas do Estado (e-Tributação);
 - O prosseguimento dos trabalhos de sensibilização e educação fiscal, divulgação da legislação fiscal e no âmbito da melhoria da autoliquidação;
 - Aumento do número de contribuintes;
 - Redução das taxas de retenção na fonte do IRPS na sequência da actualização das mesmas, conforme o BR Nº 109/2008, de 27 de Novembro, tendo resultado na elevação do mínimo não tributável;
 - Melhoria no processo de entrega às Direcções das Áreas Fiscais das receitas próprias e consignadas pelo nível Central e provincial.

- Aumento das receitas não fiscais, incluindo receitas próprias em cerca de 0,1pp do PIB devido aos trabalhos de reclassificação e inscrição das receitas no Orçamento do Estado, bem como a previsão de entrada da receita extraordinária do Comissão Organizadora do Jogos Africanos em consequência da organização dos Jogos Africanos que decorrerão em Moçambique em 2011.

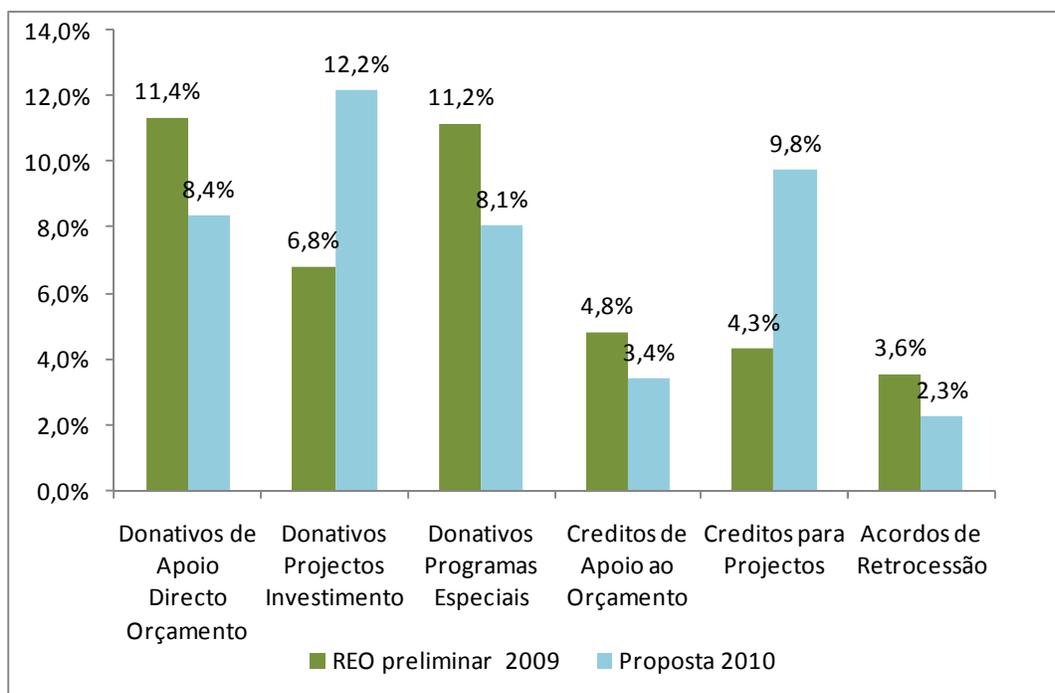
- Manutenção dos níveis de arrecadação das receitas Consignadas e de Capital em 1,4pp e 0,3pp do PIB, respectivamente.

IV.3. Componente Externa

Os recursos externos apresentam-se sob a forma de créditos e donativos. Os donativos destinam-se sobretudo a apoiar a implementação dos projectos de investimento inscritos no OE 2010. Estes são canalizados sob várias formas: apoio directo ao Orçamento, financiamento de projectos de investimento e de programas especiais (PROSAUDE, FASE, PROAGRI, entre outros). Por seu turno, os créditos destinam-se a apoiar a balança de pagamentos, projectos de investimento, e empresas públicas através dos acordos de retrocessão.

Para o exercício de 2010, o montante dos recursos externos passará de 33.287,3 milhões de MT com base na execução preliminar de 2009, para 52.016,6 milhões de MT, equivalentes a 17% do PIB, contra 12,7% do PIB em 2009, o que traduz um aumento em 4,3pp do PIB. Este aumento global é explicado pelo baixo nível de desembolso de donativos e créditos à projectos e os acordos de retrocessão em 2009.

Gráfico 4. Estrutura do Financiamento Externo para 2010 (em % dos recursos totais)



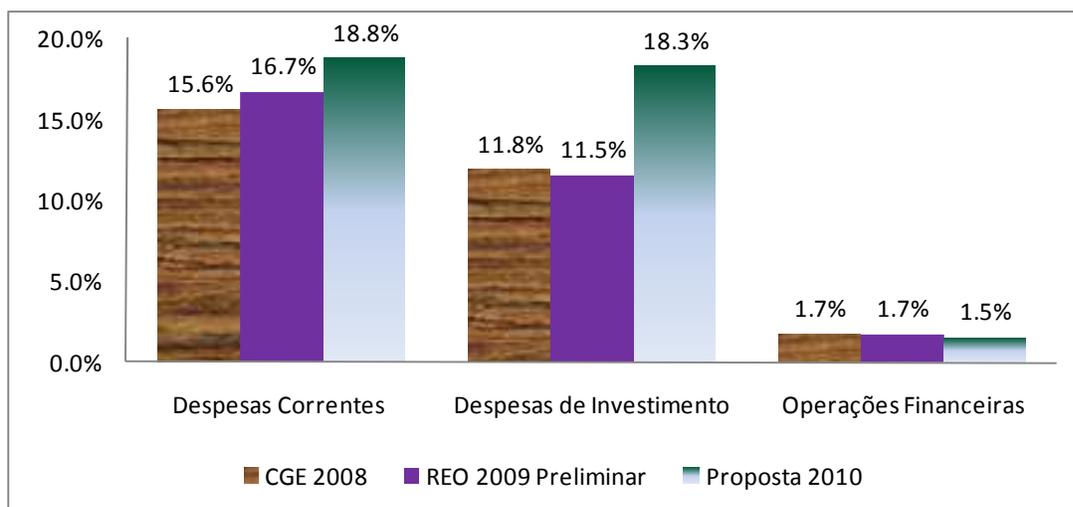
Conforme ilustra o Gráfico 5, prevê-se as seguintes tendências nas principais fontes de financiamento externo ao OE:

- A redução dos donativos para o apoio directo ao orçamento em 3,0pp, explicado essencialmente pela redução dos acordos de financiamento de alguns Parceiros de Apoio Programático dos quais destacam-se a Irlanda, Suécia e a União Europeia, bem como o efeito da depreciação do Metical em relação ao Dólar, Euro e as demais moedas externas, que se tem vindo a registar desde os finais do primeiro trimestre de 2009, como corolário da crise financeira internacional.
- Aumento dos donativos para projectos de investimento em 5,4pp, face a execução preliminar em 2009. Contudo, este aumento é reflexo da baixa execução dos projectos que não transitam pela CUT que vem acontecendo nos últimos anos. Face a este cenário, para 2010 o Ministério das Finanças decidiu ser mais exigente em relação a regra definida e monitorar a inscrição de novos projectos de investimento no Orçamento do Estado que não transitam pela CUT sem garantia de financiamento, o que implica uma redução em termos de programação.
- Redução nos donativos para programas especiais (Fundos Comuns) em cerca de 3,1pp devido à redução do financiamento dos fundos do FASE, PROAGRI, Combate ao HIV/SIDA e UTRESP, como consequência da baixa previsão de desembolso por parte dos financiadores.
- Redução dos créditos relativos ao Apoio Directo ao Orçamento em 1,4%.
- Redução do financiamento através de acordos de retrocessão em 1,3pp devido à fraca disponibilização de informação sobre as utilizações dos empréstimos às empresas públicas, a detalhar na secção das Operações Financeiras.

IV.4. Previsão das Despesas do Estado

As despesas totais do Estado deverão atingir, em 2010, 117.977,2 milhões de MT, o correspondente a 38,6% do PIB. Destas, 113.331,2 milhões de MT, correspondentes a 37,1% do PIB, representam despesas efectivas do Estado para a implementação das actividades previstas no Plano Económico e Social e 4.646,0 milhões de MT, correspondendo a 1,5% do PIB, dizem respeito às operações financeiras, isto é, recursos destinados a amortização da dívida pública interna e externa e canalizados às empresas públicas ou participadas através de acordos de retrocessão.

Gráfico 5. Composição da Despesa do Estado em % do PIB



A afectação de recursos para as despesas correntes toma em conta a necessidade de acomodar o pagamento efectivo dos salários e remunerações, a política salarial e o subsídio de localização, bem como a implantação das Assembleias Provinciais a funcionarem a partir de 2010. Sendo assim, as despesas correntes representam 18,8% do PIB, isto é, mais 2,1pp do PIB face à execução de 2009.

A afectação das despesas de investimento baseou-se na metodologia de orçamentação por programas e representam 18,3% do PIB, um crescimento face à execução de 2009 de 6,8pp do PIB. Destas, 354,8 milhões de MT serão destinadas para as transferências às Autarquias; 2.099,9 milhões de MT serão alocados para os Governos distritais para a implementação de projectos de desenvolvimento e de iniciativa local, no quadro da implementação da Lei dos Órgãos Locais do Estado; 4.535,3 milhões de MT para acções de investimentos da iniciativa dos Governos provinciais e 48.815,0 milhões de MT para os projectos de investimento de nível central.

As operações financeiras representam 1,5% do PIB, um decréscimo em termos percentuais do PIB em 0,2pp, face ao atingido em 2009, como resultado da redução da concessão dos empréstimos às empresas públicas através dos acordos de retrocessão.

IV.4.1 Despesas Correntes

A desagregação das despesas correntes é apresentada pelo mapa a seguir.

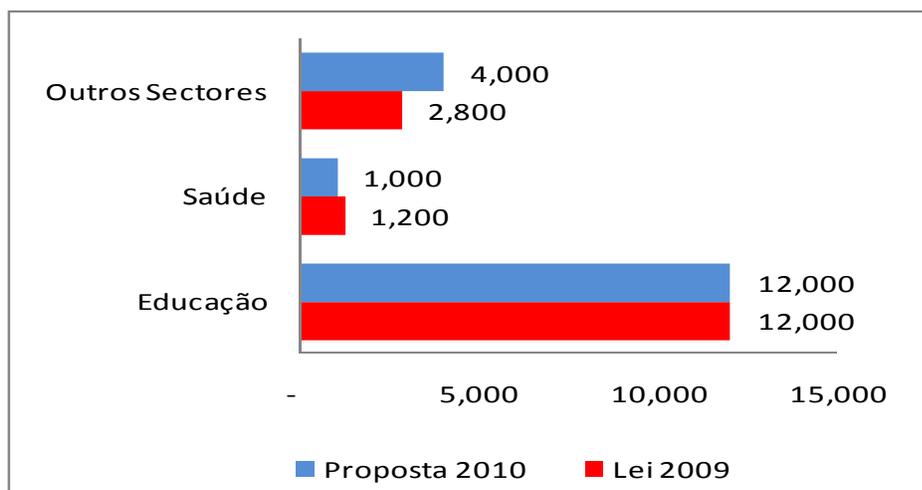
Quadro 10. Despesas Correntes Segundo a Classificação Económica

(milhões de Mts)	em % do PIB					
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
	REO			REO		
CGE	Preliminar	Proposta	CGE	Preliminar	Proposta	
Despesas Correntes	37,276.4	43,709.6	57,526.2	15.6%	16.7%	18.8%
Despesas com o Pessoal	19,083.8	22,528.6	29,558.6	8.0%	8.6%	9.7%
Bens e Serviços	8,048.6	9,046.1	10,399.7	3.4%	3.5%	3.4%
Encargos da Dívida	1,258.8	1,370.7	1,763.0	0.5%	0.5%	0.6%
Transferências Correntes	7,003.1	7,931.0	10,489.5	2.9%	3.0%	3.4%
dos quais: pensões	4,177.8	4,952.5	6,239.3	1.7%	1.9%	2.0%
Subsídio às Empresas	394.5	437.5	1,849.8	0.2%	0.2%	0.6%
Outras Despesas Correntes	1,236.0	2,166.8	2,920.6	0.5%	0.8%	1.0%
Exercícios Findos	7.3	0.1	12.0	0.0%	0.0%	0.0%
Despesas de Capital	244.5	228.9	532.9	0.1%	0.1%	0.2%

Na estrutura das despesas correntes, as **despesas com o pessoal** representam 51,4% da despesa corrente total e 9,7% do PIB, o que significa um aumento em 1,1pp do PIB face à execução preliminar de 2009. Esta tendência crescente é derivada, em parte, da implementação da Política Salarial (que além dos aumentos salariais inclui a operacionalização do Subsídio de Localização), com vista a aumentar o nível de eficiência e eficácia na prestação dos serviços públicos pelas instituições do Estado, através da melhoria das condições de remuneração e incentivos aos funcionários públicos. O impacto da política salarial em 2010 está orçado em 2.274,7 milhões de MT.

Nesta rubrica, estão ainda incorporados os encargos com vista à realização de 17.000 novas admissões na administração pública com um impacto de 2.041,1 milhões de MT, sendo 12.000 para o sector da educação, 1.000 para a saúde, e os remanescentes 4.000 para outros sectores. Por outro lado, para além da contratação de novos funcionários públicos, prevê-se a promoção de 15.000 funcionários, com impacto orçamental de 300 milhões de MT.

Gráfico 6. Plano de Admissões de Efectivos no Sector Público para 2010



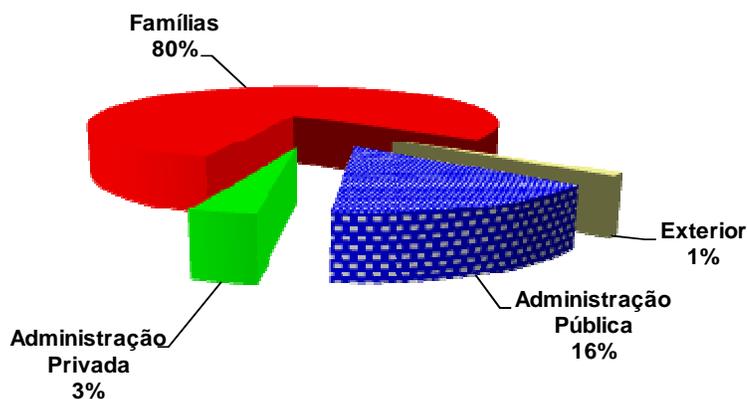
As despesas com **bens e serviços** em 2010 estão fixadas em 10.399,7 milhões de MT, contra 9.046,1 milhões de MT da realização de 2009, representando 3,4% do PIB. A provisão nesta rubrica destina-se a financiar a aquisição de bens e serviços indispensáveis ao pleno funcionamento das instituições do Estado e para suportar os encargos decorrentes da expansão da oferta de bens e serviços públicos à sociedade.

Os **encargos da dívida** deverão atingir 1.763,0 milhões de MT, contra 1.370,7 milhões de MT registados em 2009, representando 0,6% do PIB, o que corresponde a um aumento de 0,1pp.

A rubrica de **transferências correntes** consome 18,2% do total da despesa corrente do Estado. Em termos absolutos, estão programados para esta rubrica 10.489,5 milhões de MT, correspondendo a 3,4% do PIB, representando um aumento de 0,4pp do PIB face a realização de 2009. O aumento deve-se fundamentalmente à evolução na provisão de recursos para as famílias, principalmente a verba para pagamento de pensões civis e militares no âmbito do ajustamento salarial verificado no quadro da Política Salarial. Para este grupo de transferências correntes está programado o montante de 6.239,3 milhões de MT, o que constitui 59,5% do total das transferências correntes.

O gráfico abaixo ilustra a estrutura das transferências correntes.

Gráfico 7. Estrutura das Transferências Correntes



As transferências à Administração Pública constituem a segunda maior componente da rubrica de transferências correntes, que representam, entre outras, dotações orçamentais para garantir o pleno funcionamento das embaixadas e representações diplomáticas de Moçambique no exterior e inclui os recursos referentes ao fundo de compensação autárquica. Estas absorvem cerca de 16% do volume total das transferências e em termos absolutos regista-se um crescimento de 9,6% face ao ano anterior, o que se traduz no aumento da capacidade de aquisição de bens e serviços pelas representações do país no exterior.

As despesas correntes segundo o classificador económico incluem também os **subsídios** para reduzir os défices de exploração das empresas tuteladas pelo Estado. Nesta rubrica, o OE prevê despende 1.849,8 milhões de MT, contra 437,5 milhões de MT atingidos do ano anterior. Este elevado crescimento toma em conta o pagamento de operações de compensação de combustíveis no valor de 1.179,8 milhões de MT. Estão igualmente previstos valores para compensar os danos causados às infraestruturas sócioeconómicas na sequência das explosões do Paiol.

IV.4.2 Despesas de Investimento

O montante previsto no Orçamento do Estado para fazer face as despesas de investimento é de 55.805,0 milhões de MT, correspondente a 18,3% do PIB. Face à realização de 2009, nota-se uma subida em percentagem do PIB, de 6,8pp, influenciada essencialmente pelo aumento tanto da componente interna como da externa no OE.

Quadro 11. Despesas de Investimento

	2008	2009	2010
	CGE	REO preliminar	Proposta
Despesas de Investimento	28,335.6	30,202.5	55,805.0
<i>em % PIB</i>	11.8%	11.5%	18.3%
<i>em % da Despesa Total</i>	40.7%	38.5%	47.3%
Componente Interna	11,295.7	13,293.4	20,790.6
<i>em % PIB</i>	4.7%	5.1%	6.8%
<i>em % da Despesa Total</i>	16.2%	16.9%	17.6%
Componente Externa	17,039.9	16,909.1	35,014.5
<i>em % PIB</i>	7.1%	6.5%	11.5%
<i>em % da Despesa Total</i>	24.4%	21.5%	29.7%

As previsões de despesa para a componente interna estão orçadas em 20.790,6 milhões de MT, ou seja, 6,8% do PIB, o que representa uma variação positiva de 1,7pp face ao OE 2009. Este esforço visa dinamizar a economia nacional para mitigar os efeitos negativos da crise económica internacional, bem como manifesta o esforço do Governo em aumentar o orçamento sectorial a projectos, cuja comparticipação externa reduziu.

A componente externa situar-se-á em 35.014,5 milhões de MT, isto é, 11,5% do PIB. A programação para 2010 representa um aumento face ao realizado em 2009 em 5pp do PIB.

Com efeito, a rubrica de donativos externos passará para o montante de 23.486,7 milhões de MT, contra 13.551,8 milhões de MT desembolsados em 2009, o que resulta num aumento em percentagem do PIB de 2,5pp. Os créditos externos passam de 3.357,3 milhões de MT para 11.527,7 milhões de MT, representando um acréscimo de 2,5pp do PIB.

Não obstante este aumento face ao realizado em 2009, em termos de programação, os montantes previstos na componente externa para 2010 representam uma redução face a 2009 em 2,5pp, devido a queda nos donativos externos para projectos sectoriais.

Tomando em consideração que o investimento representa o foco principal para melhorar a quantidade e qualidade dos serviços públicos, várias acções irão influenciar a demanda de recursos pelos sectores chave, nomeadamente:

Educação

O programa de investimento público deste sector continuará a privilegiar a expansão do ensino e melhoria da sua qualidade. Esta política será concretizada através da manutenção, reabilitação e construção de escolas, implementação de acções no âmbito da universalização do ensino primário, promoção do ensino técnico profissional, alfabetização e educação de adultos e formação inicial de professores. Dentre as acções prioritárias no sector da educação, destacam-se:

- Construção acelerada de infra-estruturas educacionais, orçadas em 1.406,8 milhões de MT com vista à expansão do acesso, através da reabilitação e construção de escolas secundárias e técnicas, salas de aulas e aquisição de carteiras escolares;
- No domínio da educação especial, o apoio vai para a reconstrução de escolas rurais, reforma da educação profissional e ensino pré-primário no montante de 493,2 milhões de MT;
- Programa de alfabetização no montante de 105,5 milhões de MT;
- Supervisão Pedagógica no montante de 226,4 milhões de MT;
- No ensino superior destaque vai para a construção do Instituto Politécnico de Gaza e Manica no montante de 232,9 milhões de MT;
- Apoio directo às escolas e livro escolar no montante de 1.001,3 milhões de MT;
- Aquisição das instalações da Entrepasto, orçada em 316,8 milhões de MT;
- Apetrechamento das bibliotecas nacionais, avaliado em 150 milhões de MT.

Saúde

A preocupação central do Governo na área de saúde é a melhoria do estado de saúde do povo moçambicano através de expansão do acesso aos serviços. Os cuidados de saúde primária bem como a melhoria da qualidade dos serviços prestados constituem o eixo principal de actuação do sector, tendo em vista a redução das elevadas taxas de morbilidade e mortalidade na população em geral, e nos grupos de risco acrescido e desfavorecidos, em particular

mulheres e crianças. Em seguida, destacam-se as intervenções prioritárias, para o ano de 2010 na área da saúde:

- Implementação do projecto-piloto do desenvolvimento de sistema de saúde no montante de 256,8 milhões de MT;
- Aquisição e distribuição de medicamentos no montante de 250,1 milhões de MT;
- Desenvolvimento de infra-estruturas do nível central, provincial e rural no montante de 89,5 milhões de MT;
- Programa de saúde e nutrição da criança estimado em 318,6 milhões de MT;
- Melhoria dos serviços de saúde pública na área do combate do HIV/SIDA, através do programa nacional do combate e prevenção no montante de 498,8 milhões de MT.

Agricultura

O objectivo fundamental do programa de investimento público do sector da Agricultura e Desenvolvimento Rural assenta na promoção do rendimento das famílias através do aumento da produtividade das mesmas. A estratégia do sector inclui o melhoramento de toda a cadeia de comercialização dos excedentes de produção e a provisão de serviços financeiros às famílias rurais.

Para a campanha agrícola 2009-2010, o Governo vai priorizar o seguinte:

- Implementação do PAPA, e construção e reabilitação de regadios (projecto de reabilitação de canais secundários e terciários no sector hidráulico), no montante de 1.229,3 milhões de MT;
- Promoção do crescimento da produção e produtividade da castanha de caju, através de acções destinadas ao tratamento e fomento da castanha de caju, no montante de 246,9 milhões de MT;
- Intensificação do controlo de pragas e irrigação do vale do Save, no montante de 260,5 milhões de MT;
- Implementação do Plano de Acção do sector açucareiro e a promoção do sector comercial agrário, no montante de 50,7 milhões de MT.

Turismo e Juventude e Desportos

Nestes sectores, o Governo definiu como prioritários para o ano de 2010, o desenvolvimento dos projectos que se seguem:

- Desenvolvimento das Áreas de Conservação Transfronteiriças e Turismo, no montante de 51,1 milhões de MT;
- Projecto Âncora de Investimentos em Turismo, no montante de 7,5 milhões de MT;
- Organização dos Jogos Africanos de 2011, no montante de 1.182,3 milhões de MT;
- Projecto Kapulana Hotéis & Resorts, no montante de 37,2 milhões de MT;
- A conclusão do Estádio Nacional do Zimpeto no montante de 50 milhões de MT.

Governança

A boa governança constitui um elemento fundamental para o alcance dos objectivos de política económica. Neste sentido destacam-se as seguintes acções:

- Provisão de fardamento às Autoridades Locais, no montante de 32 milhões de MT;
- Aquisição de fardamento e calçado à PRM, no montante de 25 milhões de MT;
- Apoio às vítimas do Paiol - Sector Privado no montante de 76 milhões de MT;
- Implantação das Assembleias Provinciais, no montante de 399,9 milhões de MT;
- Alocação aos Distritos, no montante de 2.116,9 milhões de MT;
- Alocação às Autarquias, no montante de 343 milhões de MT;
- Visitas do Chefe do Estado no montante de 30 milhões de MT;
- Alocação para pagamento do subsídio de reintegração e remuneração aos dirigentes cessantes, no montante de 655 milhões de MT.

Reforma do Sector Público

Para o prosseguimento da reforma do sector público destacam-se as seguintes acções:

- Implementação, operação e consolidação do SISTAFE no montante de 686,5 milhões de MT;

- Construção da fronteira de Paragem Única entre Moçambique e República da África do Sul - Ressano Garcia no montante de 211,4 milhões de MT;
- Unidade Técnica da Reforma do Sector Público no montante de 448,1 milhões de MT;
- Modernização tecnológica para melhorar a recolha e gestão das receitas (e-Tributação) no valor de 30 milhões de MT.

Infraestruturas

Para o ano de 2010, a prioridade estará centrada na materialização dos projectos seguintes:

- Expansão da rede de telecomunicações para as Sedes Distritais, no valor de 747,7 milhões de MT;
- Modernização e Ampliação do Aeroporto Internacional de Maputo, no valor de 1.494,5 milhões de MT;
- Dragagem do Porto da Beira, no montante de 599,9 milhões de MT;
- Melhoria do saneamento urbano, através do programa nacional de obras hidráulicas, no montante de 2.196,9 milhões de MT;
- Construção e reabilitação do sistema de abastecimento de água, no montante de 3.397,7 milhões de MT;
- Reabilitação de estradas regionais, manutenção de estradas pavimentadas no valor de 1.031,6 milhões de MT;
- Melhoramento da Estrada N11: Milange – Mocuba; reabilitação da Ponte da Ilha de Moçambique; construção de Pontes na Zambézia e Tete, no montante de 3.708,1 milhões de MT;
- Prosseguimento da implementação do Programa de Electrificação Rural, no montante de 266,5 milhões de MT.

IV.4.3 Despesas com Operações Financeiras

Para o ano de 2010, a rubrica fixar-se-á em 4.646,0 milhões de MT, correspondente a 1,5% do PIB contra 1,7% atingidos no ano transacto. Do total das operações financeiras, 2.795,2 milhões de MT destinam-se às operações activas, o que representa 0,9% do PIB, e 1.850,8 milhões de MT para operações passivas, representando 0,6% do PIB.

Quadro 12. Despesas com Operações Financeiras do Estado

(milhões de Mts)	em % do PIB					
	2008			2009		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
	CGE	REO preliminar	Proposta	CGE	REO preliminar	Proposta
Operações Financeiras	4,082.9	4,562.2	4,646.0	1.7%	1.7%	1.5%
Activas	2,384.1	3,386.0	2,795.2	1.0%	1.3%	0.9%
Capital Sociais às empresas (saneamento e participações)	74.4	170.6	47.0	0.0%	0.1%	0.0%
Empréstimos às empresas (brutos) ^b	2,309.7	3,215.4	2,748.2	1.0%	1.2%	0.9%
Passivas	1,698.9	1,176.2	1,850.8	0.7%	0.4%	0.6%
Amortizações de Empréstimos Externos	793.0	707.2	1,232.5	0.3%	0.3%	0.4%
Amortizações de Empréstimos Internos Bancários	905.9	468.9	618.3	0.4%	0.2%	0.2%

Comparativamente a realização de 2009, nota-se em 2010 uma redução do montante programado para a rubrica das operações financeiras do Estado em 0,2pp do PIB explicada essencialmente pela redução tanto da concessão de empréstimos às empresas através dos acordos de retrocessão, como do saneamento e participações do Estado às empresas. Os seguintes factores justificam esta tendência:

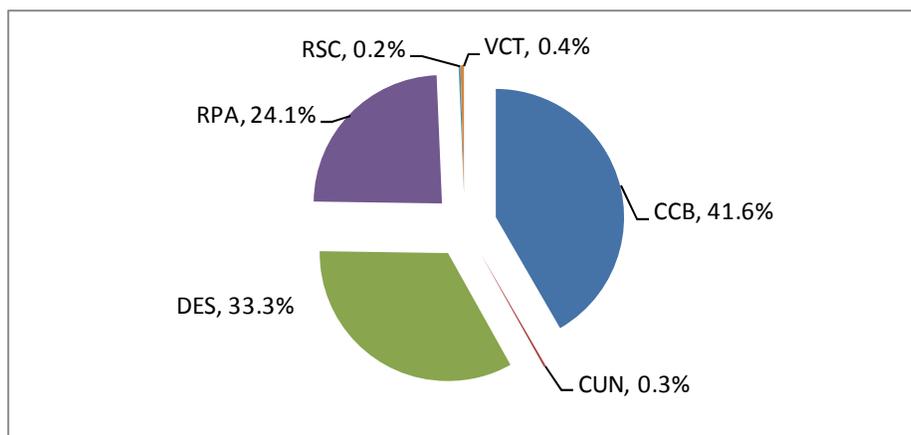
- As operações financeiras têm estado abaixo do programa inicial devido ao atraso nos desembolsos por parte dos financiadores, o que compromete a execução dos projectos;
- O baixo nível de execução dos projectos financiados pelos acordos de retrocessão está associado ao processo de prestação de contas pelos financiadores, onde os desembolsos dependerão muito do estágio e da dinâmica dos mesmos;
- Atrasos no processo de *procurement* e emissão do visto pelo Tribunal Administrativo para efectivação dos projectos.

IV.4.4 Análise da Estrutura da Afectação do Orçamento por Programa

O gráfico a seguir mostra a estrutura da despesa pública por programa para o ano de 2010. De acordo com a estrutura do gráfico, do volume total dos recursos para 2010, situados em 117.977,2 milhões de MT, 41,6% da despesa total serão absorvidos pelo objectivo central de Combate à Corrupção, Burocratismo e à Criminalidade (CCB), 33,3% pelo objectivo de Desenvolvimento Económico (DES). Seguem os objectivos centrais de Redução da Pobreza Absoluta (RPA) com 24,1%, como forma de reduzir significativamente a percentagem de pessoas que vivem em extrema pobreza ou que sofrem de fome e garantir o emprego decente para todos; Valorização da Cultura Trabalho e Zelo (VCT) com 0,4%, Consolidação da Unidade Nacional (CUN) com 0,3%, e Reforço da Soberania, e da Cooperação Internacional (RSC) com

0,2%. Estes objectivos condicionam o desenvolvimento e o combate à pobreza, bem como a manutenção da paz, a segurança e a materialização dos objectivos associados aos assuntos transversais (género, HIV/SIDA, ambiente), direitos humanos, democracia e boa governação.

Gráfico 8. Estrutura da Despesa Total por Objectivo Central do PQG



Conforme ilustra o quadro seguinte, os padrões de alocação não são uniformes e mostram o dinamismo em termos de alocação pelos sectores sem deixar de lado a ligação destes com os objectivos estratégicos traçados no PQG.

Quadro 13. Padrão de Afectação de Recursos por Objectivos e Programas

Objectivo Central do PQG	Estratégicos	Prioritários	Económicos	Soberania	Outros	Total
CCB	0.2%	0.0%	0.0%	0.7%	99.0%	100.0%
CUN	100.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	100.0%
DES	20.3%	63.3%	14.3%	0.0%	2.1%	100.0%
RPA	30.5%	30.5%	0.0%	0.0%	39.0%	100.0%
RSC	0.0%	0.0%	0.0%	99.5%	0.5%	100.0%
VCT	0.0%	22.9%	0.0%	77.1%	0.0%	100.0%

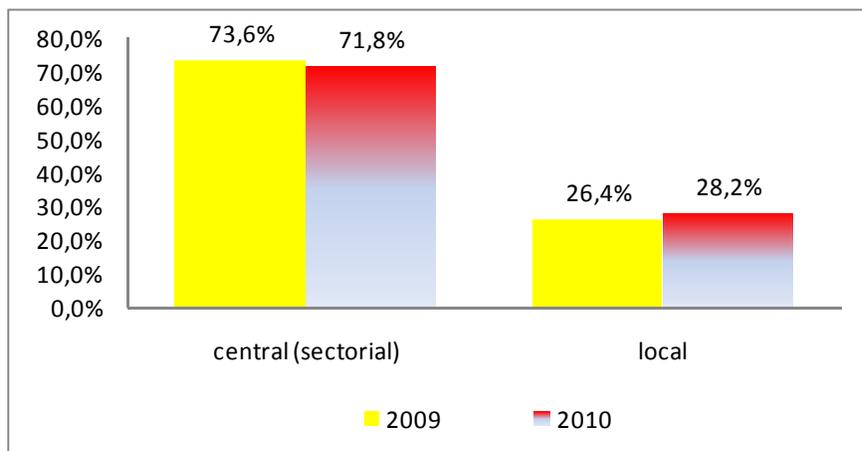
Sendo assim, verifica-se que 20,3% dos recursos destinados para programas de Desenvolvimento Económico e Social vão para sectores estratégicos, 63,3% para programas prioritários, 14,3% para programas Económicos e 2,1% para outros sectores. Por seu turno, 22,9% dos recursos alocados para programas de Valorização da Cultura de Trabalho e Zelo vão para sectores prioritários, e 77,1% para a soberania. Para os programas de Redução da

Pobreza Absoluta 30,5% vão para os sectores estratégicos e sectores prioritários, e 39,0% para aqueles que são considerados outros sectores. Esta forma de alocação mostra uma maior racionalidade e selectividade na afectação de recursos públicos para que se cumpram os preceitos de economicidade, eficiência e eficácia dos gastos, que passam acima de tudo pelo aprofundamento da cadeia de inter-relações entre os objectivos estratégicos, objectivos específicos, acções, despesas e resultados.

IV.4.5 Despesas Globais por Âmbito (Central, Provincial, Distrital e Autárquico)

O gráfico a seguir mostra a distribuição das despesas do Estado por âmbito central (sectorial) e local (que inclui provincial, distrital e autárquico). Depreende-se da leitura do gráfico que o nível central é o que absorve maior parte de recursos em relação ao local. Este panorama deve-se em grande medida ao facto de estarem programadas a nível central despesas de carácter geral, como é o caso das despesas destinadas ao pagamento da dívida pública, transferências às administrações públicas (embaixadas) e privadas (partidos políticos, organizações culturais e desportivas), autarquias, dotação provisional e as visitas de chefes de Estado e de Governos, entre outros.

Gráfico 9. Estrutura das Despesas por Âmbito



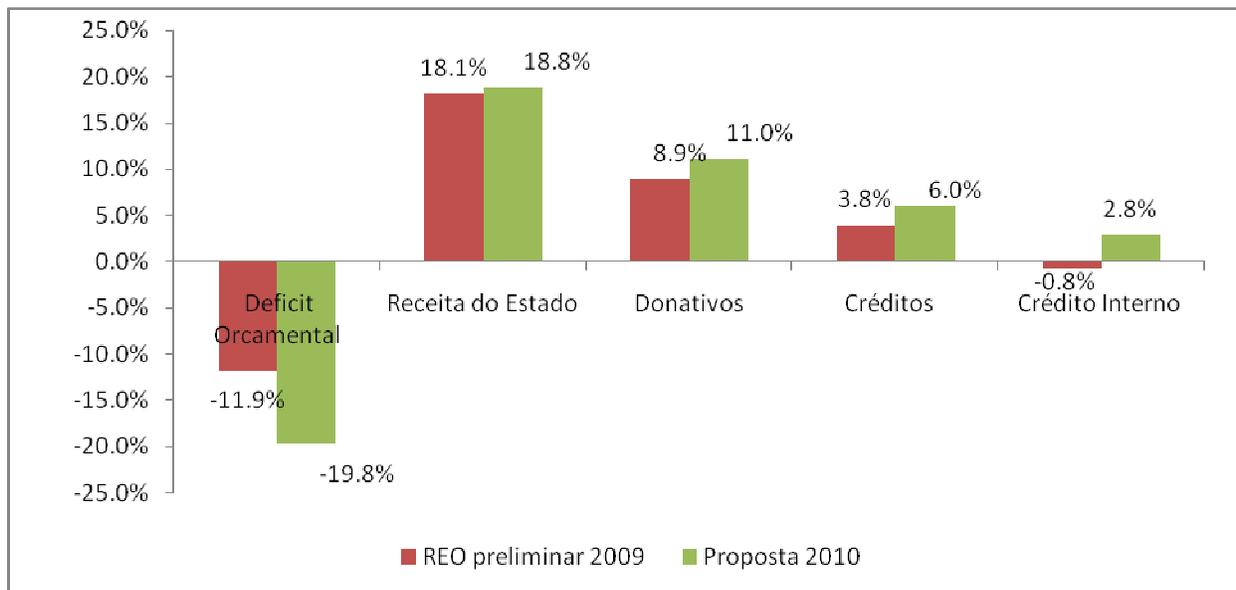
No âmbito da política de descentralização de recursos, vem se registando um incremento assinalável do volume de recursos canalizados às províncias, distritos e autarquias. Em 2010, o nível local absorverá cerca de 28,2% do volume total de recursos, o que representa um

aumento em cerca de 1,8pp face ao montante de recursos canalizados em 2009, financiado por igual redução a nível central. Assim o volume total de recursos programados pelo nível central será de 71,8%, o que corresponde a uma redução de 1,8pp face a 2009. Note-se que há também muitos projectos que são programados centralmente mas são realizados nas diversas províncias do País, facto que testemunha o significativo esforço que vem sendo empreendido pelo Governo com vista a incrementar a oferta de bens e serviços públicos nas regiões mais recônditas do país, estimulando o crescimento da renda e a redução dos níveis de pobreza e aumento do bem-estar social.

IV.4.6. Financiamento do Orçamento do Estado

O gráfico abaixo mostra as fontes de financiamento do Orçamento do Estado em 2010. A previsão da despesa do Estado em 2010, situa-se em 117.977,2 milhões de MT, contra uma receita do Estado estimada em 57.431,8 milhões de MT, resulta num défice de 60.545,4 milhões de MT, ou seja 19,8% do PIB.

Gráfico 10. Financiamento do Orçamento do Estado para 2010 (% do PIB)



Por tipo de financiamento, destaca-se o seguinte:

- As receitas do Estado passam de 18,1% com base na execução preliminar de 2009 para 18,8% em 2010, o que representa um aumento no financiamento ao OE em cerca de 0,7pp do PIB;
- Os donativos em percentagem do PIB passam de 8,9% com base na execução preliminar de 2009 para 11% em 2010, o que mostra um aumento do financiamento ao OE em cerca de 2,1pp do PIB;
- Igualmente, os créditos sobem de 3,8% em 2009 para 6% em 2010, mostrando uma tendência crescente, devido à confirmação de mais desembolsos provenientes do Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento, e dos acordos de financiamento de projectos que não transitam pela CUT; e
- O crédito interno mostra um aumento substancial, passando de -0,8% para 2,8% do PIB. Apesar do crescimento do nível das receitas do Estado para 2010, a necessidade de acomodar no OE 2010 as despesas referentes ao exercício de 2009, aliada à intervenção orçamental para minimizar o impacto adverso dos choques externos, exercerá fortes pressões na despesa pública contribuindo para o aumento do recurso ao mercado interno para financiar o défice. Este panorama concorre para a redução da oferta de crédito à economia, o aumento do custo de financiamento ao investimento privado e tem implicações para a sustentabilidade da dívida interna.

V. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

No quadro abaixo estão ilustrados o volume de recursos e as despesas totais que consubstanciam o OE para 2010. O envelope de recursos totais programado para o exercício económico de 2010 está estimado em 117.977,2 milhões de MT. Deste montante, 57.431,8 milhões de MT representarão os recursos que resultarão da tributação dos rendimentos gerados na economia doméstica, 8.528,8 milhões de MT serão recursos resultantes da contratação de financiamento interno e 52.016,6 milhões de MT serão recursos provenientes do financiamento externo.

As despesas totais, incluindo operações financeiras programadas para o ano de 2010, situam-se em 117.977,2 milhões de MT. Deste montante, 57.526,2 milhões de MT, o equivalente a 18,8% do PIB, serão absorvidos para financiar as despesas correntes do Estado, como forma de preservar as condições de trabalho nas instituições públicas e garantir o seu normal funcionamento. Cerca de 55.805,0 milhões de MT, o correspondente a 18,3% do PIB serão absorvidos pelas despesas de investimento como forma de aumentar o ritmo de acumulação interna e os níveis de crescimento económico do país. As despesas com operações financeiras situar-se-ão em 4.646,0 milhões de MT, representando 1,5% do PIB. Assim as despesas totais são iguais ao volume total de recursos totais, ficando assim salvaguardado o princípio de equilíbrio orçamental.

Quadro 14. Mapa Demonstrativo do Equilíbrio Orçamental

(milhões de Mt)	% PIB						
	2008		2009		2010		
	CGE	Lei	REO preliminar	Proposta	CGE	REO preliminar	Proposta
Total de Recursos	69,695.0	98,142.1	78,474.5	117,977.2	29.1%	29.9%	38.6%
Recursos Internos	38,767.0	46,506.3	45,187.2	65,960.6	16.2%	17.2%	21.6%
 Recursos do Estado	39,190.1	46,216.3	47,401.5	57,431.8	16.4%	18.1%	18.8%
Receitas Correntes	37,449.8	43,989.2	46,543.2	56,159.8	15.7%	17.8%	18.4%
Receitas Fiscais	32,415.5	37,197.8	39,199.0	47,310.8	13.5%	15.0%	15.5%
Receitas Não Fiscais (incl. receitas próprias)	2,400.97	2,613.8	3,699.6	4,590.3	1.0%	1.4%	1.5%
Receitas Consignadas	2,633.3	4,177.5	3,644.6	4,258.6	1.1%	1.4%	1.4%
dos quais: Imposto sobre Combustíveis		2,477.2	2,367.3	2,800.5	0.0%	0.9%	0.9%
Receitas de Capital	1,740.3	1,187.7	858.3	939.1	0.7%	0.3%	0.3%
Privatização (incl. CVRD)	841.0	1,039.5	-164.4	333.0	0.4%	-0.1%	0.1%
Crédito Interno	-1,264.1	290.0	-2,049.9	8,528.8	-0.5%	-0.8%	2.8%
Recursos Externos	30,928.0	51,635.7	33,287.3	52,016.6	12.9%	12.7%	17.0%
 Donativos	23,010.4	36,671.6	23,280.6	33,776.0	9.6%	8.9%	11.0%
 Créditos	7,917.6	14,964.2	10,006.7	18,240.7	3.3%	3.8%	6.0%
Total de Despesas (incl. operações financeiras)	69,695.0	98,142.3	78,474.5	117,977.2	29.1%	29.9%	38.6%
Despesas Correntes	37,276.4	43,995.1	43,709.8	57,526.2	15.6%	16.7%	18.8%
Despesas com o Pessoal	19,083.8	22,528.6	22,528.6	29,558.6	8.0%	8.6%	9.7%
Bens e Serviços	8,048.6	9,087.7	9,046.1	10,399.7	3.4%	3.5%	3.4%
Encargos da Dívida	1,258.8	1,391.9	1,370.7	1,763.0	0.5%	0.5%	0.6%
Transferências Correntes	7,003.1	7,936.4	7,931.0	10,489.5	2.9%	3.0%	3.4%
dos quais: pensões	4,177.8	4,338.3	4,952.5	6,239.0	1.7%	1.9%	2.0%
Subsídio	394.5	438.4	437.5	1,849.8	0.2%	0.2%	0.6%
Outras Despesas Correntes	1,236.0	2,166.4	2,166.9	2,920.6	0.5%	0.8%	1.0%
Exercícios Findos	7.3	0.3	0.1	12.0	0.0%	0.0%	0.0%
Despesas de Capital	244.5	445.3	228.9	532.9	0.1%	0.1%	0.2%
Despesas de Investimento	28,335.6	47,452.6	30,202.5	55,805.0	11.8%	11.5%	18.3%
Componente Interno	11,295.7	13,446.6	13,293.4	20,790.6	4.7%	5.1%	6.8%
Componente Externo	17,039.9	34,006.0	16,909.1	35,014.5	7.1%	6.5%	11.5%
Operações Financeiras	4,082.9	6,694.7	4,562.2	4,646.0	1.7%	1.7%	1.5%
Activas	2,384.1	5,033.4	3,386.0	2,795.2	1.0%	1.3%	0.9%
Passivas	1,698.9	1,661.3	1,176.2	1,850.8	0.7%	0.4%	0.6%

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Orçamento do Estado para 2010 marca o início da implementação do Programa Quinquenal do Governo para o período 2010-2014, consubstanciado na materialização do macro-objectivo de redução da pobreza e promoção do crescimento económico inclusivo e sustentável de modo a elevar o padrão de vida da população. Este Orçamento centra as suas acções na necessidade de incrementar o volume e qualidade na provisão de bens e serviços públicos, promover o desenvolvimento do sector privado e aumentar a competitividade da economia nacional.

As opções de política macroeconómica e fiscais plasmadas na presente proposta orçamental, tomam em consideração os desenvolvimentos recentes da conjuntura macroeconómica e financeira internacional, cujos efeitos continuam a propagar-se sobre as economias em desenvolvimento, incluindo Moçambique. Este quadro conjuntural caracteriza-se por flutuações instáveis no preço do barril de petróleo e seus derivados, como também pela instabilidade no mercado financeiro, e concorre para o agravamento dos custos de produção e a alteração do padrão de expectativas dos investidores. De entre as inúmeras consequências causadas pela crise salientam-se a redução da procura de importações de produtos primários e semi-processados pelas economias desenvolvidas e retracção do fluxo de capitais internacionais.

Neste sentido, para consumação das aspirações da política orçamental, prosseguirão no âmbito da política fiscal e aduaneira o desenvolvimento de acções tendentes a alargar e diversificar as fontes de captação de receitas, primando pela intensificação das reformas administrativas, legais e operacionais, que prestam um contributo imprescindível para os esforços da redução do défice orçamental.

A previsão de arrecadação de receitas do Estado para 2010 situa-se em 57.431,8 milhões de MT, equivalentes a 18,8% do PIB, contra os 18,1% registados no exercício económico de 2009, notando-se um aumento em cerca de 0,7pp do PIB. No que concerne às despesas do Estado, prevê-se que estas atinjam em 2010, o montante de 117.977,2 milhões de MT, correspondente a 38,6% do PIB, ou seja mais 9,1pp do PIB face à realização de 2009. Deste montante, o nível de alocação para as despesas de funcionamento e de investimento situa-se em 18,8% e 18,3% do PIB, respectivamente.

O incremento nas despesas de funcionamento resulta da preocupação do Governo de aumentar e melhorar os níveis de eficiência e eficácia da administração pública, através do incremento da provisão de serviços públicos, sobretudo nos sectores da Educação, Saúde, Justiça e Legalidade, Segurança e Ordem Públicas, e da Administração Financeira do Estado e ainda em resultado da despesa com implementação da Política Salarial incluindo o subsídio de localização e implantação das Assembleias Provinciais.

Para as despesas de investimento, realça-se o prosseguimento da implementação do PAPA, prosseguimento da implementação do programa de electrificação rural, a implantação de infra-estruturas básicas para a população, sendo de destacar a camada juvenil, expansão da rede sanitária e escolar, prosseguimento da promoção de projectos de geração de rendimentos, emprego e produção de alimentos a nível local.

É com base nestas acções que o OE para 2010 representa o esforço do Governo no domínio de maximização dos ganhos de eficiência da despesa, esperando incrementar o volume e qualidade dos bens e serviços prestados à sociedade, aumentando deste modo, o bem-estar social.